PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO

Inexigibilidade de Licitação nº 36/2026 - Show Guilherme e Benuto 29/11/2026

PROCESSO 9661/2026

D56AAF9341E68141

TIPO DE PROCESSO: Compras - Serviços

ASSUNTO: Novo Processo Licitatório - Serviços

ABERTURA: 08 de outubro de 2026 às 07:32

SIGNATÁRIO Rodrigo Ferreira dos Santos

Acesse o link abaixo para consultar o processo

https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/processos/D56AAF9341E68141

De: Ass. Central de Aquisições
Enviado por: Lharen S. Brandalize Pazinatto (lharen.pazinatto)
Para: Secretaria de Administração (Organograma), Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 01 de outubro de 2026 às 09:02

Procedimento por Inexigibilidade para contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

Anexo(s)
TR.pdf
TERMO DE JUSTIFICATIVA..pdf
Solicitação 533.pdf
CUSTOS DA CONTRATAÇÃO.pdf
Resultado de Cotação 533.pdf
PROPOSTA.pdf
NFE BARAO DOS COCAIS.pdf
NFE ALTO TAQUARI.pdf
CNPJ VIENA -2026.pdf
CNH MARCELO digital.pdf
6ª ALTERACAO CONTRATO SOCIAL.pdf
CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO ARTISTICA (exclusividadedupla) VIENA 2026.pdf
PROCURAÇÃO ELIAS X MARCOS X MARCELO - 2026.pdf
CERTIDAO FEDERAL 01-03-2027.pdf
CERTIDAO ESTADUAL 16-01-2027.pdf
CERTIDAO MUNICIPAL 22-11-2026.pdf
CERTIDAO TRABALHISTA 07-01-2027.pdf
CERTIDAO FGTS 10-10-2026.pdf
CERTIDÃO TCE 28-10-26.pdf
TCU.pdf
Improbidade Administrativa e Inelegibilidade.pdf
G&B-2026.pdf
MIDIA KIT 2026_JUL.pdf

TERMO DE REFERÊNCIA

Solicitação nº 533/2026

1. DO OBJETO

1.1 Procedimento por Inexigibilidade para contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação da dupla Guilherme e Benuto para apresentação artística no dia 29 de novembro de 2026 justifica-se pela necessidade de promover e abrilhantar as festividades em comemoração ao aniversário do Município de Campos de Júlio, evento tradicional que integra o calendário oficial de celebrações municipais.

A realização de show musical com artistas de reconhecimento nacional tem como objetivo proporcionar entretenimento, lazer e integração social à população, fortalecendo o sentimento de pertencimento e valorização da cultura e das tradições locais. Além disso, eventos dessa natureza contribuem para o fomento da economia do município, estimulando o comércio, o setor de alimentação, hospedagem e demais atividades relacionadas ao turismo e à prestação de serviços.

A escolha da dupla Guilherme e Benuto fundamenta-se em sua ampla aceitação popular, expressiva relevância no cenário da música sertaneja nacional e capacidade de atrair público de diferentes faixas etárias, fatores que contribuem para o sucesso e a representatividade das comemorações alusivas ao aniversário do município.

Dessa forma, a contratação visa garantir uma programação cultural de qualidade, promovendo o acesso da população a manifestações artísticas de destaque, em conformidade com o interesse público e com os objetivos institucionais de valorização cultural e integração comunitária durante as festividades comemorativas do aniversário de Campos de Júlio.

A realização do evento encontra-se devidamente amparada por recursos orçamentários consignados à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, observadas as disposições da Lei Orçamentária Anual vigente e demais instrumentos de planejamento da Administração Pública Municipal. A iniciativa conta com a devida autorização da gestão administrativa municipal, estando alinhada às políticas públicas de incentivo à cultura, ao turismo e ao lazer, bem como aos objetivos institucionais de promoção de eventos que valorizem a identidade local, fortaleçam o convívio social e fomentem o desenvolvimento econômico do município.

Processo 9661/2026. Assinado por 2 pessoas: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1 Será adotada a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, no Art. 74, inciso II sendo contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO E QUANTITATIVO

4.1 Na tabela a seguir constam a especificação do Serviço:

ITEM	UN	CÓDIGO INTERNO CÓDIGO TCE/MT	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
1.	UND	002.001.397 219635-2	Serviço de Apresentação Artística Musical de Nível Nacional	R$ 450.000,00

4.2 A empresa Viena Produções Musicais LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.457.782/0001-04, representante exclusiva da dupla Guilherme e Benuto, para a realização do show artístico no dia 29/11/2026. A escolha da referida dupla se justifica pela ampla aceitação popular demonstrada em apresentações realizadas em diversos municípios, comprovando sua capacidade de atrair público e oferecer uma apresentação de elevada qualidade técnica e artística.

5. DA PROPOSTA

5.1 A proposta, que compreende a descrição do Serviço ofertado, preço unitário, preço total, deverá ser compatível com o Termo de Referência e seus anexos, bem como atender às seguintes exigências:

a) Conter as especificações do Serviço forma clara, descrevendo detalhadamente as características do Serviço ofertado.

b) No preço ofertado deverão estar incluídos ainda todos os custos diretos e indiretos, inclusive, seguro, impostos, taxas e outras despesas que incidam ou venham incidir no fornecimento do Serviço.

6. DO LOCAL, PRAZO E FORMA DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

6. 1 O serviço deverá ser executado conforme cronograma apresentado na proposta, o qual se encontra em anexo a este termo de referência, conforme descrito acima, no item 4.2.

6.2 O evento será realizado na praça Dorildo Neves de Moura, a apresentação terá duração de no Mínimo 01 hora e 30 minutos, com início conforme programação do evento. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá executar todo o combinado na proposta de preço que integra esse processo, podendo a critério de ambas as partes (contratado e contratante) alterar horário de início do show e duração do mesmo conforme o andamento dos serviços, e / ou ofertar outros serviços dentro do valor pactuado diretamente com a produção do evento do Município. Deverá a contratada executar todos os compromissos assumidos fielmente, a fim de garantir a eficiência e qualidade do serviço.

Processo 9661/2026. Assinado por 2 pessoas: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

6.3 O valor total da contratação será de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, a ser efetuada após a assinatura do contrato e sua respectiva publicação nos meios oficiais. A segunda parcela, correspondente aos 50% (cinquenta por cento) restantes, será paga após a realização do evento e mediante a comprovação da efetiva prestação dos serviços contratados, conforme as condições estabelecidas no instrumento contratual.

6.4 O prazo de vigência da contratação será contado a partir da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21, estendendo-se até a data da formalização do pagamento.

6.5 A execução do serviço estará autorizada a partir da Ordem de Serviço empenhada a ser emitido pelo setor de compras e devidamente assinada pelo setor requisitante da Prefeitura do Município de Campos de Júlio.

7. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1 A execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Josiane Ribeiro da Silva, designada como Fiscal de Contrato pela Administração Municipal, nos termos do art. 117, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Fica facultada a contratação de terceiros para prestar apoio técnico e fornecer informações necessárias ao desempenho dessa atribuição.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1 São obrigações do FORNECEDOR:

8.2 Fornece os serviços objeto desta contratação, correndo por sua inteira conta e risco, todas as despesas relacionadas a entrega dos serviços, assumindo os demais encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos.

8.3. Obriga-se a cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, principalmente relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação. Os serviços devem ser executados conforme demanda solicitada pelo CONTRATANTE dentro do prazo de execução.

8.4. A contratada deverá prestar assessoria dos serviços prestados, tais como, atendimento aos fiscais do contrato em caso de dúvidas relacionadas ao show e quaisquer solicitações da CONTRATANTE.

8.5. Cumprir a carga horária total do contrato, conforme a programação da proposta.

8.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

8.7. Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

Processo 9661/2026. Assinado por 2 pessoas: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

8.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

8.9. Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas no serviço, não sendo admitida qualquer cobrança posterior da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT;

8.10. Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do show, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.11. Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT;

8.12. Prestar esclarecimentos à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

8.13. Emitir Nota Fiscal/Fatura discriminada, legível e sem rasuras;

8.14. Emitir certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos da Receita Federal, Receita Estadual (Sefaz/PGE do Estado do fornecedor), Receita Municipal (emitida no município do fornecedor), trabalhista e Certificado de Regularidade perante o FGTS;

8.15. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT, cujas reclamações se obriga a atender;

8.16. Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT na execução do serviço serão ressarcidos pelo fornecedor, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do Termo de Referência e da Nota de Empenho.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos serviços;

9.2. Informar ao fornecedor sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a prestação dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

9.3. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado;

9.4. Comunicar por escrito, ao fornecedor, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos serviços;

Processo 9661/2026. Assinado por 2 pessoas: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

9.5. Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste Termo de Referência;

9.6. A Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT deverá acompanhar os prazos de entrega, exigindo que o fornecedor tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais cominações legais;

9.7. Comunicar, por escrito, ao fornecedor o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

9.8. Proporcionar as condições para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Na hipótese de o fornecedor inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação.

10.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

10.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

10.5. A sanção prevista no inciso II (multa) não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 10.1 deste Termo de Referência, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa, se aplicada, será de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado e aceito pela Administração Municipal, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso até o décimo dia, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado em 2 (duas) parcelas, conforme descrito acima, no sub item 6.3. O pagamento será mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, o pagamento será creditado em conta

Processo 9661/2026. Assinado por 2 pessoas: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

11.2 Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11.3 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT.

11.4 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

11.5 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos serviços são de responsabilidade do fornecedor, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

11.6 Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

11.7. Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

R= V x I

Onde:

R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

11.8. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será restituída à empresa.

11.9. Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Campos de Júlio - MT.

11.10 As notas fiscais deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, em especial ao disposto no decreto 179 de 15 de agosto de 2023

11.11 A retenção do Imposto de Renda (IR) deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observado os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB 1234/2012 e do decreto Municipal 179/2023.

Processo 9661/2026. Assinado por 2 pessoas: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

11.12 Os serviços e produtos elencados no Art.4º da IN RFB 1234/2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, sob pena de retenção na forma do §1º do Art. 2º, conforme Decreto Municipal 179/2023.

12. FORMA DE SELEÇÃO

12.1 A contratação será por inexigibilidade de licitação com fundamento no inc. II, do art. 74, Lei Federal nº14.133/2021.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Campos de Júlio - MT, para o exercício de 2026, e serão indicadas quando as adjudicações forem realizadas:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Cultura

Centro de Custo: 534 – Realização de Eventos Culturais

Despesa: 1090/2026 Compl. do Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00.00

13.2. As dotações indicadas neste Termo de Referência e no contrato respectivo poderão ser substituídas por dotações especificamente criadas em razão de convênios, contratos de repasse e/ou outros instrumentos firmados e que prevejam a contratação do objeto aqui descrito.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 O fornecedor deverá arcar com todos os custos e despesas, diretas ou indiretas, decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer ônus à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT.

Campos de Júlio – MT, 30 de setembro de 2026.

Milton Borges Peixoto -Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Lharen Silva B. Pazinatto - Departamento de Gerência Administrativa e de Aquisições.

Processo 9661/2026. Assinado por 2 pessoas: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO e MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
675902BBC227450D94247AC831CB60AC

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO em 01/10/2026 09:01:10
  CPF:***.***-.801-56
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT
- Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 02/10/2026 08:23:05
  CPF:***.***-.150-72
  Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/675902BBC227450D94247AC831CB60AC

TERMO DE JUSTIFICATIVA

1. HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO DIRETA

O Município de Campos de Júlio – MT, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, realizará o evento comemorativo em celebração ao aniversário do município, previsto para ocorrer nos dias 27, 28 e 29 de novembro de 2026, com o objetivo de promover a integração da comunidade, valorizar a cultura local e proporcionar atividades de lazer e entretenimento à população.

A contratação da dupla faz-se necessária em razão da relevância cultural e do potencial de atração de público proporcionados por sua apresentação, contribuindo para o fortalecimento das tradições locais, promoção do lazer, incentivo ao turismo e fomento da economia do município durante o período festivo.

Para a composição da programação artística, faz-se necessária a contratação de show musical.

A presente contratação enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021:

> *Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:*
> *(...)*
> *II - Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.*

Ressalta-se que, mesmo nos casos de inexigibilidade, a Administração deve observar os requisitos previstos no art. 72 da referida Lei.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800.

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DFB1B37B7D544F8785EA3EF80DA5AC73

2. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO (Art. 72, VI)

Para a apresentação artística do dia 29 de novembro de 2026, foi selecionada a dupla Guilherme e Benuto, de reconhecido destaque no cenário musical nacional.

A escolha fundamenta-se na ampla aceitação popular em todo o território nacional, onde já realizou diversas apresentações com expressiva participação de público, evidenciando sua notoriedade e consagração no segmento sertanejo.

Tal reconhecimento pode ser comprovado por meio de seus canais oficiais de comunicação, especialmente nas redes sociais, como o perfil no Instagram (@guilhermeebenuto), onde são divulgados registros de apresentações, interação com o público e materiais promocionais, demonstrando sua relevância e engajamento junto aos fãs.

Destaca-se, ainda, que o estilo musical da artista é plenamente compatível com a proposta do evento, atendendo às preferências culturais do público local e contribuindo para o sucesso da programação.

Ademais, a contratação de artista de renome nacional agrega valor ao evento, ampliando sua visibilidade, fortalecendo a promoção cultural e incentivando a participação popular, além de contribuir para o fomento da economia local.

Conforme entendimento doutrinário, a consagração do artista deve considerar o contexto regional, conforme lecionam Benedicto de Tolosa Filho e Luciano Massao Saito:

> *"O conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, considerando as peculiaridades culturais de cada localidade."*

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DFB1B37B7D544F8785EA3EF80DA5AC73

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: TERMO DE JUSTIFICATIVA..pdf (2/5) 12/122

A dupla é representada com exclusividade pela empresa Viena Produções Musicais LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.457.782/0001-04, conforme documentação comprobatória anexa, atendendo ao requisito legal de contratação por meio de empresário exclusivo.

3. JUSTIFICATIVA DE PREÇO (Art. 72, VII)

O valor proposto para a realização da apresentação artística é de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), compreendendo:

- Apresentação artística;
- Equipe técnica e músicos;
- Despesas com transporte, alimentação e logística;
- Encargos tributários.

A compatibilidade do preço foi comprovada mediante análise de notas fiscais/contratos de apresentações anteriores, demonstrando que o valor praticado está em consonância com o mercado.

Ressalta-se que variações podem ocorrer em função de fatores como deslocamento, estrutura exigida e características específicas de cada evento.

Dessa forma, o valor contratado mostra-se razoável e compatível, atendendo aos princípios da economicidade e da razoabilidade.

4. DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Nos termos do art. 2º, § 3º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25/2024, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é facultativa nas hipóteses de contratação direta, quando a simplicidade do objeto justificar sua dispensa.

Considerando que o objeto consiste na contratação de apresentação artística específica, com características singulares e fornecedor determinado, entende-se que a elaboração do Estudo Técnico Preliminar se mostra dispensável no presente caso.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800.

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DFB1B37B7D544F8785EA3EF80DA5AC73

5. CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que a contratação pretendida atende plenamente aos requisitos legais previstos no art. 74, inciso II, bem como no art. 72, incisos VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, restando devidamente justificada a inexigibilidade de licitação.

Campos de Júlio – MT, 30 de setembro de 2026.

Milton Borges Peixoto
Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

CAMPOS DE JÚLIO

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800.

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DFB1B37B7D544F8785EA3EF80DA5AC73

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
DFB1B37B7D544F8785EA3EF80DA5AC73

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 02/10/2026 08:23:07
CPF:***.***-.150-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DFB1B37B7D544F8785EA3EF80DA5AC73

Solicitação de Materiais / Serviços

Requisição	Responsável	Data
00533/26	MILTON BORGES PEIXOTO	30/09/2026

Descrição

Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

Poder	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO
Órgão	Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo
Setor Solicitante	REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS
Centro de Custo	534 REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS
Placa	

Observação

A contratação da dupla Guilherme e Benuto para apresentação artística no dia 29 de novembro de 2026 justifica-se pela necessidade de promover e abrilhantar as festividades em comemoração ao aniversário do Município de Campos de Júlio/MT.

Item	Cód. Produto	Descrição do Produto	Unidade	Qtde	Qtde Rec.	C. Custo	Centro de Custo
	Descrição Detalhada do Produto				Observação		
1	002.001.397	Serviço de Apresentação Artística Musical de Nível	UN	1	0	534	REALIZAÇÃO DE EVENTOS C
	Serviço de Apresentação Artística Musical de Nível Nacional						

MILTON BORGES PEIXOTO
RESPONSAVEL

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: MILTON BORGES PEIXOTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/52982B166AB24894A94BF4568B42E435

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
52982B166AB24894A94BF4568B42E435

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: MILTON BORGES PEIXOTO em 02/10/2026 08:23:10
CPF:***.***-.150-72
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/52982B166AB24894A94BF4568B42E435

CUSTOS DA CONTRATAÇÃO

Nos termos do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação ocorre quando há inviabilidade de competição, situação que abrange, dentre outras hipóteses, a contratação de profissionais do setor artístico.

Nesses casos, conforme disposto no art. 94, §2º, da referida Lei, é obrigatória a identificação detalhada dos custos envolvidos na contratação, incluindo cachê artístico, equipe, transporte, infraestrutura e demais despesas correlatas.

A empresa Viena Produções Musicais LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.457.782/0001-04, representante exclusiva da dupla Guilherme e Benuto, apresentou proposta para realização do show artístico no dia 29 de novembro de 2026, em comemoração ao aniversário do município.

DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS

A composição do valor global da contratação está detalhada conforme segue:

- Cachê artístico: R$ 275.000,00
- Cachê músicos/banda: R$ 40.000,00
- Cenário/Backline: R$ 35.000,00
- Transporte: R$ 70.000,00
- Alimentação: R$ 10.000,00
- Pirotecnia R$ 20.000,00

Valor total da contratação: R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

ANÁLISE DOS CUSTOS

Os valores apresentados contemplam todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado, incluindo a apresentação artística, equipe de apoio, logística de deslocamento, estrutura técnica e encargos tributários.

Destaca-se que os custos são compatíveis com os praticados no mercado para artistas de porte e reconhecimento regional semelhante, conforme comprovado por documentos fiscais e contratos de apresentações anteriores anexados ao processo.

CNPJ: 01.614.516/0001-99 – Município de Campos de Júlio – MT
Av. Valdir Masutti, N° 779 W – Loteamento Bom Jardim – Campos de Júlio-MT – CEP: 78319-000 -Fone (65) 3387-2800.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CUSTOS DA CONTRATAÇÃO.pdf (1/3) 18/122

Assinado por 1 pessoa: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2A6B8597EDA745368F550297DEB5A0F0

Ressalta-se ainda que variações de valores são comuns nesse tipo de contratação, em razão de fatores como distância, exigências técnicas, estrutura do evento e condições logísticas.

TRANSPARÊNCIA E CONTROLE

Em atendimento aos princípios da transparência e da publicidade, bem como às disposições da Lei nº 14.133/2021, todas as informações relativas à contratação, incluindo valores e documentos comprobatórios, serão disponibilizadas no Portal da Transparência do Município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da discriminação apresentada, verifica-se que os custos da contratação se encontram devidamente justificados, detalhados e compatíveis com o mercado, atendendo às exigências legais aplicáveis às contratações por inexigibilidade de licitação.

Campos de Júlio – MT, 30 de setembro de 2026.

Lharen Silva B. Pazinatto

Departamento de Gerência Administrativa e de Aquisições.

Assinado por 1 pessoa: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2A6B8597EDA745368F550297DEB5A0F0

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
2A6B8597EDA745368F550297DEB5A0F0

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: LHAREN SILVA BRANDALIZE PAZINATTO em 01/10/2026 09:01:13
CPF:***.***-.801-56
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/2A6B8597EDA745368F550297DEB5A0F0

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

AV VALDIR MASUTTI, 779 W

CNPJ : 01.614.516/0001-99

Resultado da Cotação

Número da Cotação: **00533/26** Data: **30/09/2026** Abertura: **30/09/2026** Encerramento:

Item	Código	Descrição	Qtd.	Valor Médio	Valor Total Médio
1	002.001.397	Serviço de Apresentação Artística Musical de Nível Nacional	1	450.000,00	450.000,00
		TOTAL	1	450.000,00	450.000,00

PROPOSTA DE SHOW – GUILHERME & BENUTO

Apresentamos, abaixo, a proposta para a contratação do show da dupla Guilherme & Benuto.

📅 Data do Evento: 29-11-2026
📍 Cidade: Campos de Júlio-MT
💰 Valor do Cachê: R$ 450.000,00
⏱️ Duração do Show: 01h 30min
⏱️ Horário do show: 23:59 hs

Despesas inclusas no valor do cachê:

- Cachê artístico
- Transporte interestadual aéreo e/ou terrestre (conforme logística)
- Alimentação da equipe

Guilherne e Benuto		
DESPESAS	**VALORES**	
Transporte	R$	70.000,00
Cache artistas	R$	275.000,00
Diário de Alimentação	R$	10.000,00
Cenário/backline	R$	35.000,00
Banda/Técnicos	R$	40.000,00
Pirotecnia	R$	20.000,00
	R$	**450.000,00**

Despesas por conta do contratante:

- Palco, som e iluminação conforme Rider Técnico
- ECAD
- Geradores
- Abastecimento de camarim
- 03 (três) vans para translado local
- 08 carregadores para carga e descarga do material
- Hospedagem conforme lista de quartos (room list) fornecida pela produção

Todas as despesas sob responsabilidade do contratante deverão atender rigorosamente às especificações do Rider Técnico da artista.
⚠ Solicita-se que todas as despesas listadas nesta proposta constem expressamente no contrato de prestação de serviço artístico.

Dados Bancários para pagamento:
- Banco: Bradesco
- Agência: 0244
- Conta Corrente: 21353-5

- Titular: Viena Produções Musicais LTDA
- CNPJ: 34.457.782/0001-04 (PIX)
-Pag: 50% assinatura do Contrato
50% 5 dias após show

Esta proposta é válida por 10 (dez) dias a contar da data de envio/assinatura.

MARCELO NUNES GUSMAO:27756956800

Assinado digitalmente por MARCELO NUNES GUSMAO:27756956800
ND: C=BR, CN=MARCELO NUNES GUSMAO:27756956800, O=ICP-Brasil, OU=Certificado PF A3
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.28 15:26:58-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.2

Viena Produções Musicais LTDA

PRODUÇÕES ARTÍSTICAS

Prefeitura Municipal de Goiânia - GO

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal da Fazenda - Fone: (62)35243335

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

Número da Nota Fiscal: 106

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
22/07/2026 09:02:55	22/07/2026	52087071234457782000104000000000010626071784721776

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://www.issnetonline.com.br/goiania/online/

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 34.457.782/0001-04 **Inscrição Municipal:** 4883624 **Telefone:** (62)3998-0120
Nome/Razão Social: Viena Producoes Musicais Ltda
Nome Fantasia: Viena Producoes Musicais
Endereço: Avenida E, 1470 - Quadra B29 - A Lote 01 ED JK 1409 **CEP:** 74810-030
Cidade: Goiânia **Estado/Prov./Reg.:** Goiás **País:** Brasil
E-mail: legalizacao2@redeespecialistas.com.br
Situação Simples Nacional: Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 18.317.685/0001-60 **Inscrição Municipal:** **Telefone:**
Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE BARAO DE COCAIS
Nome Fantasia:
Endereço: Avenida Getulio Vargas, 10 **CEP:** 35970-000
Cidade: Barão de Cocais **Estado/Prov./Reg.:** Minas Gerais **País:** Brasil
E-mail:

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO É O PRÓPRIO TOMADOR IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 12.07.01 **NBS:** 1.2502.20.00 **Atividade Municipal:** 12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, ó...
Local da Prestação: Barão de Cocais - MG **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$450.000,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: APRESENTAÇAO ARTISTICA MUSICAL COM A DUPLA GUILHERME E BENUTO, NO 31/07/2026, EM ATENDIMENTO A 52ª FESTA DOS PES DE POMBA E FESTIVAL 'GASTRONOMICO, NO ESPAÇO DE EVENTOS JOSE FURTADO empenho 4008/2026 contrato :06007/2026 inexibilidade:33/2026 DADOS BANCARIOS BRADESCO AG 0244 C/C 21353-5- 34457782000104 (PIX)

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Barão de Cocais - MG **Tipo de Retenção:** Retido pelo Tomador **Valor Dedução:** R$0,00
Base de Cálculo: R$450.000,00 **Alíquota:** 5% **Vl. ISSQN:** R$22.500,00

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** R$21.600,00 **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: 040101 **Classif. Tributária:** 200039 **Situação Tributária:** Alíquota reduzida
Município de Incidência: Barão de Cocais - MG **Tipo de Operação:** -
Tipo de Ente Governamental: - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** R$427.500,00

Alíq. CBS: 0,9%	**Perc. Red. Alíq. CBS:** 60%	**Alíq. Efet. CBS:** 0,36%	**Valor CBS:** R$1.539,00
Alíq. IBS Est.: 0,1%	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** 60%	**Alíq. Efet. IBS Est.:** 0,04%	**Valor IBS Est.:** R$171,00
Alíq. IBS Mun.: 0%	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** 60%	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** 0%	**Valor IBS Mun.:** R$0,00

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Aliq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
R$44.100,00	R$1.539,00	R$171,00	R$405.900,00	R$405.900,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• .

Prefeitura Municipal de Goiânia - GO

Secretaria Municipal da Fazenda

Secretaria Municipal da Fazenda - Fone: (62)35243335

Nota Fiscal Eletrônica

Série do Documento: Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e

Número da Nota Fiscal: 66

Data de Geração da NFS-e	Data de Competência	Código de Autenticidade
12/05/2026 16:20:08	12/05/2026	52087071234457782000104000000000006626051778613606

Emitente da NFS-e	Número da DPS	Data Emissão da DPS	Série da DPS
Prestador			

Consulte a autenticidade desta nota lendo o QRcode ou acessando o site: https://www.issnetonline.com.br/goiania/online/

IDENTIFICAÇÃO DO PRESTADOR

CNPJ/CPF/NIF: 34.457.782/0001-04 **Inscrição Municipal:** 4883624 **Telefone:** (62)3998-0120
Nome/Razão Social: Viena Producoes Musicais Ltda
Nome Fantasia: Viena Producoes Musicais
Endereço: Avenida E, 1470 - Quadra B29 - A Lote 01 ED JK 1409 **CEP:** 74810-030
Cidade: Goiânia **Estado/Prov./Reg.:** Goiás **País:** Brasil
E-mail: legalizacao2@redeespecialistas.com.br
Situação Simples Nacional: Não Optante **Regime Apuração:** - **Regime Especial:** Nenhum

IDENTIFICAÇÃO DO TOMADOR

CNPJ/CPF/NIF: 01.362.680/0001-56 **Inscrição Municipal:** **Telefone:** (66)3696-1471
Nome/Razão Social: MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI
Nome Fantasia: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI
Endereço: AV Macario Subtil de Oliveira, 848 **CEP:** 78785-000
Cidade: Alto Taquari **Estado/Prov./Reg.:** Mato Grosso **País:** Brasil
E-mail: contabilidade@altotaquari.mt.gov.br

INTERMEDIÁRIO DO SERVIÇO NÃO IDENTIFICADO NA NFS-E

DESTINATÁRIO É O PRÓPRIO TOMADOR IDENTIFICADO NA NFS-E

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

Cód. Trib. Nacional: 12.07.01 **NBS:** 1.2502.20.00 **Atividade Municipal:** 12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, ó...
Local da Prestação: Alto Taquari - MT **País Resultado da Prestação do Serviço:** -
Vl. do Serviço: R$484.000,00 **Vl. do Desc. Incondicionado:** - **Vl. do Desc. Condicionado:** -
Descrição do Serviço: CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO MUSICAL COM A DUPLA GUILHERME & BENUTTO PARA APRESENTAÇÃO DIA 16/05/2026, POR OCASIÃO DA COMEMORAÇÃO DA 29º EXPO TAQUARI E 40º ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE ALTO TAQUARI - MT. CONTRATO:009/2026 NAD:3817/2026 DADOS BANCARIOS BRADESCO AG 0244 C/C 21353-5 34.457.782-0001-04 (PIX)

IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN

Tipo Tributação: Operação tributável **Tipo Susp. Exig.:** - **Nº Proc. Susp.:** -
Município de Incidência: Alto Taquari - MT **Tipo de Retenção:** Retido pelo Tomador **Valor Dedução:** R$0,00
Base de Cálculo: R$484.000,00 **Alíquota:** 5% **Vl. ISSQN:** R$24.200,00

TRIBUTAÇÃO NACIONAL

CST: Operação Tributável com Alíquota Básica
Tipo de Retenção: PIS/COFINS/CSLL Não Retidos **Vl. PIS:** - **Vl. COFINS:** -
Vl. CSLL: - **Vl. IRRF:** R$23.232,00 **Vl. CP Retido:** -

IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOBRE BENS E SERVIÇOS - IBS/CBS

Cód. Ind. Op.: 040101 **Classif. Tributária:** 200039 **Situação Tributária:** Alíquota reduzida
Município de Incidência: Alto Taquari - MT **Tipo de Operação:** -
Tipo de Ente Governamental: - **Perc. Red. Compra Gov.:** - **Base de Cálculo:** R$459.800,00

Alíq. CBS: 0,9%	**Perc. Red. Alíq. CBS:** 60%	**Alíq. Efet. CBS:** 0,36%	**Valor CBS:** R$1.655,28
Alíq. IBS Est.: 0,1%	**Perc. Red. Alíq. IBS Est.:** 60%	**Alíq. Efet. IBS Est.:** 0,04%	**Valor IBS Est.:** R$183,92
Alíq. IBS Mun.: 0%	**Perc. Red. Alíq. IBS Mun.:** 60%	**Alíq. Efet. IBS Mun.:** 0%	**Valor IBS Mun.:** R$0,00

Cód. Créd. Pres.: **Alíq. do Créd. Pres. (CBS):** - **Alíq. do Créd. Pres. (IBS):** -
Vl. do Créd. Pres. (CBS): - **Vl. do Créd. Pres. (IBS):** -

Classif. Tributária Regular: - **Situação Tributária Regular:** -
Aliq. Efet. Regular - CBS: - **Alíq. Efet. Regular - IBS Estadual:** - **Alíq. Efet. Regular - IBS Municipal:** -
Valor CBS: - **Vl. IBS Regular Estadual:** - **Vl. IBS Regular Municipal:** -

Total de Retenção	Valor Total do CBS	Valor Total do IBS	Valor Total Líquido	Valor Total da Nota Fiscal - IBS/CBS
R$47.432,00	R$1.655,28	R$183,92	R$436.568,00	R$436.568,00

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

• .

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
34.457.782/0001-04 **MATRIZ**		**07/08/2019**

NOME EMPRESARIAL
VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
VIENA PRODUCOES MUSICAIS	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL (*)
90.01-9-02 - Produção musical (Dispensada *)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS (*)
47.13-0-02 - Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines (Dispensada *)
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios (Dispensada *)
59.20-1-00 - Atividades de gravação de som e de edição de música (Dispensada *)
73.11-4-00 - Agências de publicidade (Dispensada *)
73.19-0-04 - Consultoria em publicidade (Dispensada *)
74.90-1-05 - Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas (Dispensada *)
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (Dispensada *)
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
AV E	**1470**	**QUADRAB29-A LOTE 01 SALA 1409 EDIF JUSCELINO KUBITSCHEK**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
74.810-030	**JD GOIAS**	**GOIANIA**	**GO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
ELIAS@VIENAPRODUCOES.COM.BR	**(64) 9961-9961**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**07/08/2019**

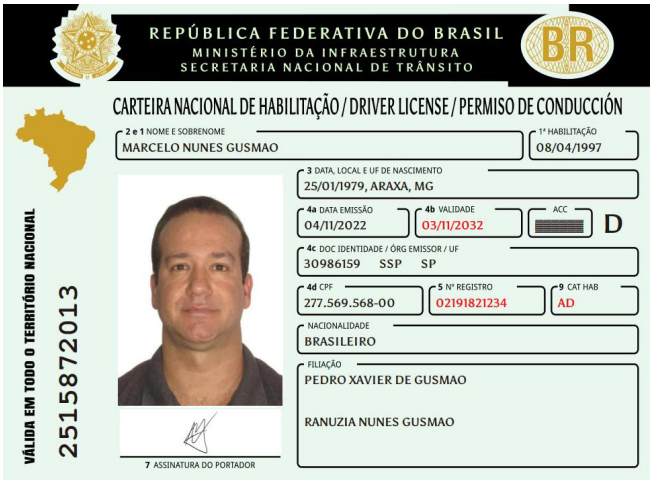
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

(*) *A dispensa de alvarás e licenças é direito do empreendedor que atende aos requisitos constantes na Resolução CGSIM nº 51, de 11 de junho de 2019, ou da a Receita Federal qualquer responsabilidade quanto às atividades dispensadas.*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/07/2026** às **10:30:36** (data e hora de Brasília).



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2515872013

2 e 1 NOME E SOBRENOME: MARCELO NUNES GUSMAO

1ª HABILITAÇÃO: 08/04/1997

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 25/01/1979, ARAXA, MG

4a DATA EMISSÃO: 04/11/2022

4b VALIDADE: 03/11/2032

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: 30986159 SSP SP

4d CPF: 277.569.568-00

5 Nº REGISTRO: 02191821234

9 CAT HAB: AD

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO: PEDRO XAVIER DE GUSMAO

RANUZIA NUNES GUSMAO

7 ASSINATURA DO PORTADOR



9	10	11	12
ACC			
A		03/11/2032	
A1			
B		03/11/2032	
B1			
C		03/11/2032	
C1			

9	10	11	12
D		03/11/2032	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
01841854013
SP013515289

LOCAL: PAULINIA, SP

SÃO PAULO

2515872013

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA021918212<343<<<<<<<<<<<
7901254M3211038BRA<<<<<<<<<<<4
MARCELO<<NUNES<GUSMA0<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

6ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA
CNPJ: 34.457.782/0001-04

ELISA BARROSO FERNANDES, brasileira, empresária, solteira, nascida em 16/03/2004, portadora da carteira de identidade nº 6539329 2ª via, expedida pela SSP/GO, inscrita no CPF sob o nº 065.368.381-22, residente e domiciliada na Rua 70, S/N, Quadra C16, Lote 09/11, Apartamento n° 1202, Edificio Infinity Residencial, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.810-350.

Única sócia da Sociedade Empresária **VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 34.457.782/0001-04, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Av. E, nº 1470, Quadra B29-A, Lote 01, Sala 1409, Edifício Juscelino Kubitschek, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.810-030, resolve, pelo presente instrumento particular e na melhor forma admitida em direito, promover as seguintes alterações:

DA ADMISSÃO DE SÓCIO

Cláusula 1ª. Ingressa na sociedade, na qualidade de novo sócio, **HELTON HENRIQUE RAVANHANI SANTOS**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 03/05/2000, filho de Marcos Roberto Souza dos Santos e Elaine Ravanhani Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº 398222496 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 378.113.148-35, residente e domiciliado em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004, passando a integrar o quadro social mediante a cessão de quotas formalizada neste instrumento.

Cláusula 2ª. Ingressa na sociedade, na qualidade de novo sócio, **HUGO LEONARDO RAVANHANI SANTOS**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 21/01/2008, filho de Marcos Roberto Souza dos Santos e Elaine Ravanjani Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº 53.723.908 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 422.255.508-83, residente e domiciliado em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004, passando a integrar o quadro social mediante a cessão de quotas formalizada neste instrumento.

Cláusula 3ª. Ingressa na sociedade, na qualidade de novo sócio, **ELAINE RAVANHANI SANTOS**, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 19/05/1974, filha de Jair Jose Ravanhani e Mafalda Bregondi Ravanhani, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27206611 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 177.615.268-93, residente e domiciliada em Rua Dom Barreto , 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004, passando a integrar o quadro social mediante a cessão de quotas formalizada neste instrumento.

Cláusula 4ª. Ingressa na sociedade, na qualidade de novo sócio, **MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 29/12/1973, filho de Joao Cardoso dos Santos e Clotildes Souza dos Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº 78656308 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 190.382.458-31, residente e domiciliado em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004, passando a integrar o quadro social mediante a cessão de quotas formalizada neste instrumento.

Cláusula 5ª. Ingressa na sociedade, na qualidade de novo sócio, **GABRIELI MONIQUE ALCANTARA FERREIRA**, brasileira, empresária, solteira, nascida em 21/08/1996, filha de José Donizeti Ferreira e Arlete Paula da Cruz Alcantara, portadora da Cédula de Identidade RG nº 460769005 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 418.880.448-37, residente e domiciliada em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004, passando a integrar o quadro social mediante a cessão de quotas formalizada neste instrumento.

Cláusula 6ª. Ingressa na sociedade, na qualidade de novo sócio, **EMH PARTICIPACOES LTDA**, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob nº 39.394.076/0001-84, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, com sede na Rodovia GO-320, S/N - Quadra01 Lote 02 Sala 03, Setor Aeroporto, Goiatuba - GO, CEP 75600-000, neste ato representada por seu administrador, o **ELIAS FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, nascido em 20/12/1975, portador da Cédula de Identidade RG nº 3463013 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 794.995.541-49, residente e domiciliado em Rua Pernanbuco 811, Centro, Goiatuba- CEP:75.600-000, passando a integrar o quadro social mediante a cessão de quotas formalizada neste instrumento.

DA CESSÃO DE QUOTAS

Cláusula 7ª. A sócia retirante **ELISA BARROSO FERNANDES** cede e transfere 2.000 (duas mil) quotas, no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais), ao sócio **HELTON HENRIQUE RAVANHANI SANTOS**, que aceita a cessão e passa a deter 2.000 (duas mil) quotas no capital social.

Cláusula 8ª. A sócia retirante **ELISA BARROSO FERNANDES** cede e transfere 2.000 (duas mil) quotas, no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais), ao sócio **HUGO LEONARDO RAVANHANI SANTOS**, que aceita a cessão e passa a deter 2.000 (duas mil) quotas no capital social.

Cláusula 9ª. A sócia retirante **ELISA BARROSO FERNANDES** cede e transfere 2.000 (duas mil) quotas, no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais), à sócia **ELAINE RAVANHANI SANTOS**, que aceita a cessão e passa a deter 2.000 (duas mil) quotas no capital social.

Cláusula 10ª. A sócia retirante **ELISA BARROSO FERNANDES** cede e transfere 2.000 (duas mil) quotas, no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais), à sócia **GABRIELI MONIQUE ALCANTARA FERREIRA**, que aceita a cessão e passa a deter 2.000 (duas mil) quotas no capital social.

Cláusula 11ª. A sócia retirante **ELISA BARROSO FERNANDES** cede e transfere 42.000 (quarenta e duas mil) quotas, no valor total de R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais), ao sócio **MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS**, que aceita a cessão e passa a deter 42.000 (quarenta e duas mil) quotas no capital social.

Cláusula 12ª. A sócia retirante **ELISA BARROSO FERNANDES** cede e transfere 50.000 (cinquenta mil) quotas, no valor total de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), à sociedade **EMH PARTICIPACOES LTDA**, que aceita a cessão e passa a deter 50.000 (cinquenta mil) quotas no capital social.

DA RETIRADA DE SÓCIO

Cláusula 13ª. Retira-se da sociedade a sócia **ELISA BARROSO FERNANDES**, transferindo a totalidade de suas 100.000 (cem mil) quotas, no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), na forma descrita nas cláusulas anteriores.

DA NOMEAÇÃO DE ADMINISTRADOR

Cláusula 14ª. Os sócios resolvem nomear para o exercício da administração da sociedade os senhores, **MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS** e **ELIAS FERNANDES DA SILVA**, que passarão a exercê-la, mantidos os poderes, atribuições e demais disposições constantes da cláusula de administração consolidada neste instrumento.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

Cláusula 15ª. Os administradores ora nomeados, os senhores, **MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS** e **ELIAS FERNANDES DA SILVA**, declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedade.

CONSOLIDAÇÃO

VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA

CNPJ: 34.457.782/0001-04

HELTON HENRIQUE RAVANHANI SANTOS, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 03/05/2000, filho de Marcos Roberto Souza dos Santos e Elaine Ravanhani Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº 398222496 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 378.113.148-35, residente e domiciliado em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004.

HUGO LEONARDO RAVANHANI SANTOS, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 21/01/2008, filho de Marcos Roberto Souza dos Santos e Elaine Ravanjani Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº 53723908 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 422.255.508-83, residente e domiciliado em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004.

ELAINE RAVANHANI SANTOS, brasileira, empresária, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 19/05/1974, filha de Jair Jose Ravanhani e Mafalda Bregondi Ravanhani, portadora da Cédula de Identidade RG nº 27206611 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 177.615.268-93, residente e domiciliada em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004.

MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, empresário, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 29/12/1973, filho de Joao Cardoso dos Santos e Clotildes Souza dos Santos, portador da Cédula de Identidade RG nº 78656308 SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob nº 190.382.458-31, residente e domiciliado em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004.

GABRIELI MONIQUE ALCANTARA FERREIRA, brasileira, empresária, solteira, nascida em 21/08/1996, filha de José Donizeti Ferreira e Arlete Paula da Cruz Alcantara, portadora da Cédula de Identidade RG nº 460769005 SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob nº 418.880.448-37, residente e domiciliada em Rua Dom Barreto, 1350, Centro, Sumaré - SP, CEP 13170-004.

EMH PARTICIPACOES LTDA, sociedade empresária limitada inscrita no CNPJ sob nº 39.394.076/0001-84, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás, com sede na Rodovia GO-320, S/N - QUADRA01 LOTE 02 SALA 03, Setor Aeroporto, Goiatuba - GO, CEP 75600-000, neste ato representada por seu administrador, o **ELIAS FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, empresário, casado sob o regime de separação total de bens, nascido em 20/12/1975, portador da Cédula de Identidade RG nº 3463013 SSP-GO, inscrito no CPF/MF sob nº 794.995.541-49, residente e domiciliado em Rua Pernanbuco 811, Centro, Goiatuba- CEP:75.600-000

DA DENOMINAÇÃO

Cláusula 1ª. A sociedade gira sob a denominação social **VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA**.

DA SEDE

Cláusula 2ª. A sociedade tem sede na Av. E, nº 1470, Quadra B29-A, Lote 01, Sala 1409, Edifício Juscelino Kubitschek, Jardim Goiás, Goiânia/GO, CEP: 74.810-030.

§ Único. A sociedade poderá criar ou extinguir filiais, agências e escritórios em qualquer localidade do país ou no exterior.

OBJETO SOCIAL

Cláusula 3ª. A sociedade tem por objeto social as atividades de Produção musical, Lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines, Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios, Atividades de gravação de som e de edição de música, Agências de publicidade, Consultoria em publicidade, Agenciamento de profissionais para atividades esportivas, culturais e artísticas, Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas, Atividades de sonorização e de iluminação, atividades de recreação e lazer.

§ Único. A sociedade poderá explorar outros ramos afins com o objeto expresso na cláusula acima.

INÍCIO E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 4ª. A sociedade iniciou suas atividades em 07/08/2019 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª. O capital social é de R$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas no valor unitário de R$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente do país, distribuído conforme tabela abaixo:

Sócios	Quotas	Valor (R$)	%
HELTON HENRIQUE RAVANHANI SANTOS	2.000	R$ 2.000,00	2,00%
HUGO LEONARDO RAVANHANI SANTOS	2.000	R$ 2.000,00	2,00%
ELAINE RAVANHANI SANTOS	2.000	R$ 2.000,00	2,00%
GABRIELI MONIQUE ALCANTARA	2.000	R$ 2.000,00	2,00%

FERREIRA			
MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS	42.000	R$ 42.000,00	42,00%
EMH PARTICIPACOES LTDA	50.000	R$ 50.000,00	50,00%
Total	**100.000**	**R$ 100.000,00**	**100,00%**

§ 1º. As quotas da sociedade são indivisíveis e poderão ser cedidas ou transferidas pelos sócios, de modo que, em caso de futura admissão de novo sócio, as cessões posteriores dependerão da anuência dos sócios, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência dos sócios que queiram adquiri-las, respeitando-se as cláusulas acerca de cessão de quotas presentes neste instrumento.

§ 2º. O credor particular dos sócios, ao executá-lo, deverá preferir outros bens, na forma do artigo 1.026 do Código Civil, de maneira que, sendo insuficientes estes bens para garantir a execução, o credor poderá fazer recair a execução tão somente sobre o que couber os sócios/devedora nos lucros/resultado da sociedade.

§ 3º. A sociedade, diante de eventual penhora das quotas pertencentes os sócios, poderá pagar o valor do crédito executado, sob a condição de adjudicação judicial das quotas constritas, prezando pela preservação do capital social e pelas atividades empresariais no exercício de legítimo interesse.

§ 4º. Havendo penhora de quotas, o terceiro não se tornará sócio, nem terá direito de sê-lo, exceto se sua inclusão no quadro societário for aprovada pelos sócios, sendo vedada qualquer adjudicação.

§ 5º. Sendo admitido um novo sócio, garantir-se-á, no aumento do capital social, os sócios o direito de preferência na subscrição do capital a ser aumentado, de maneira que os sócios, em até 30 (trinta) dias após a deliberação, terão preferência para participar do aumento, na proporção das quotas que sejam titulares, podendo exercê-lo, a seu critério, integralmente ou apenas em parte do montante que lhe caberia.

§ 6º. O direito de preferência para a subscrição de quotas, na hipótese de aumento de capital social, poderá ser cedido, total ou parcialmente, a quem seja sócio, ou a terceiro, obedecidas as condições já estipuladas neste instrumento para cessão de quotas a terceiros.

§ 7º. Caso os sócios não exerça o direito de preferência, nem o ceder a outrem, os administradores notificará os outros sócios da existência de quotas não subscritas e abrir-lhe-á igual prazo de 30 (trinta) dias para manifestar interesse na subscrição destas.

DA CESSÃO DE QUOTAS

Cláusula 6ª. Os sócios poderá ceder suas quotas, total ou parcialmente, a quem seja sócio, ou a terceiro, caso haja anuência dos sócios, em observância as seguintes disposições.

§ 1º. O sócio que desejar alienar suas quotas, no todo ou em parte, a terceiro, deverá notificar formalmente os outros sócios, indicando o comprador, o valor ofertado pelas quotas e as condições e forma de pagamento, fornecendo-lhes cópia autenticada da oferta, devidamente assinada pelo terceiro interessado.

§ 2º. - Recebendo a notificação, os outros sócios poderão, no prazo de 30 (trinta) dias: (I) permitir a alienação da participação societária, aceitando o novo sócio; (II) exercer o direito de preferência,

mediante contranotificação, nos mesmos valores e condições de oferta; ou (III) opor-se à alienação, mediante contranotificação, sendo que o silêncio importará em presunção de aceitação.

§ 3º. Caso mais de um sócio exerça seu direito de preferência, a aquisição será proporcional às respectivas participações societárias.

§ 4º. As quotas poderão ser cedidas entre os sócios, devendo, todavia, o sócio cedente notificar por escrito todos os demais para fins de que seja observado o direito de preferência de aquisição proporcional entre todos os sócios, a ser exercido mediante manifestação formal de vontade no prazo de 10 (dez) dias, com iguais condições de pagamento a todos.

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 7ª. A administração da sociedade é exercida pelos senhores **MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS** e **ELIAS FERNANDES DA SILVA**, que na qualidade de administradores, poderão assinar em conjunto e/ou isoladamente todos os documentos, instrumentos, contratos e documentos referentes ao giro comercial e administrativo da sociedade, além das contas bancárias, representarão a sociedade ativa e passivamente, judicial e extrajudicial, sempre dentro dos limites estabelecidos pelo presente contrato.

§ 1º. Os administradores fará o uso do nome empresarial, assinando em nome da sociedade todos os documentos que forem necessários, podendo ainda, a seu critério ou mediante anuência de todos os sócios, delegar a terceiros, o uso da firma ou outorga de procuração quer no instrumento particular ou público, inclusive com poderes de administração da sociedade.

§ 2º. Os administradores ou procuradores por eles devidamente constituídos em nome da sociedade praticarão todos os atos necessários e úteis para a administração da sociedade, citados na cláusula anterior. Seus poderes, porém, não limitados a tais, entre outros, serão os seguintes:

a) Representar a sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente e perante terceiros em geral, inclusive em repartições públicas e autarquias federais, estaduais e municipais;

b) Administrar, gerenciar e dirigir os negócios e encargos da sociedade, com poderes para comprar, vender, trocar, e de qualquer outro modo, adquirir, dispor, dar em penhora e caucionar os bens móveis da sociedade, fixando os respectivos preços e demais condições para tais fins;

c) Assinar escrituras, contratos, acordos, cheques, ordens de pagamento e outros títulos ou instrumentos que gerem dívidas ou obrigações sociais.

§ 3º. Poder de compra, venda, hipoteca, ou ainda, de qualquer outro modo, de adquirir, dispor e onerar os bens imóveis da sociedade será sempre exercida pelos sócios, podendo ser representada por administrador ou procurador devidamente constituído com poderes específicos.

§ 4º. Qualquer ato dos administradores, empregados ou procuradores da sociedade, que criar quaisquer obrigações ou dívidas relativas a transações ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, abonos, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, são expressamente proibidos e serão considerados nulos e sem nenhum efeito com relação à sociedade.

§ 5º. O administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os feitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos

públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

DO PRÓ - LABORE

Cláusula 8ª. A título de pró-labore os administradores farão uso do direito a uma retirada mensal, a qual será fixada de acordo com as possibilidades dos recursos sociais.

DO EXERCÍCIO SOCIAL

Cláusula 9ª. O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, data em que serão levantados o balanço patrimonial e o balanço de resultado econômico, e será efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

DAS DELIBERAÇÕES, LUCROS E PREJUÍZOS

Cláusula 10ª. As deliberações relativas à aprovação das contas dos administradores; aumento/redução do capital; designação/destituição dos

administradores; modo de remuneração; pedido de Recuperação Judicial; distribuição de lucros; alteração contratual; fusão, cisão e incorporação; e outros assuntos relevantes para a sociedade, assim definidos neste instrumento, serão definidas nas Reuniões de Sócios, observando-se as seguintes disposições.

§ 1º. As deliberações dos sócios serão tomadas em Reuniões de Sócios convocadas pelos administradores ou, ainda, pelos sócios, nos casos previstos em lei, sempre que se fizerem necessárias, mediante envio de notificação por escrito com Aviso de Recebimento (AR) aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato ou, alternativamente, por endereço eletrônico constantes no preâmbulo, devendo mediar entre a data de recebimento do AR/envio do e-mail e a de realização da Reunião o prazo mínimo de 8 (oito) dias, para a primeira convocação, e de 5 (cinco) dias para as posteriores.

§ 2º. Ficam dispensadas as formalidades de convocação das Reuniões em que houver o comparecimento dos sócios, quando esta se declarar, por escrito, ciente do local, data, hora e ordem do dia, ou quando, por qualquer outro meio, inclusive virtual, demonstrar-se a ciência inequívoca de todos os sócios da convocação para a Reunião.

§ 3º. Havendo alteração do endereço de qualquer sócio, este deverá comunicar tal alteração, previamente e por escrito, os administradores, mediante envio de Notificação com Aviso de Recebimento (AR) ao endereço da sede da sociedade ou, alternativamente, mediante envio de e-mail ao endereço eletrônico do administrador com manifestação de acusação de recebimento, sob pena de, não o fazendo, ser considerada como recebida a Notificação encaminhada conforme disposto na cláusula supra, ainda que a notificação não seja recebida.

§ 4º. As convocações para as Reuniões de Sócios deverão ser formalizadas por escrito e encaminhadas aos endereços eletrônicos dos sócios, segundo as regras definidas neste contrato, constando obrigatoriamente: a matéria a ser tratada e a data, a hora e o local de sua realização, ficando estabelecido que deverão ser realizadas na sede da sociedade ou em outro local que vier a ser determinado, desde que no Município da sede da sociedade.

§ 5º. A Reunião de Sócios torna-se dispensável quando os sócios decidir, por escrito, sobre a matéria que seria objeto dela.

§ 6º. Fica autorizada a realização de Reuniões de Sócios virtuais ou semipresenciais, observadas as regras legais e, em especial, o procedimento definido pelos órgãos de registro de comércio.

§ 7º. As deliberações serão aprovadas pelo sócio representante da maioria simples do capital social, salvo a previsão de quórum especial por este contrato ou, no silêncio dele, do Código Civil ou de legislação especial que seja aplicável à sociedade.

§ 8º. A sociedade poderá abrir ou extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios em qualquer parte do território nacional a critério dos sócios.

§ 9º. Os lucros e prejuízos serão distribuídos proporcionalmente nas respectivas participações societárias definidas neste instrumento.

§ 10º. Para ter validade, os acordos de sócios deverão ser assinados por todos, ou, quando parciais, arquivados na sede da sociedade, mediante envio por carta com Aviso de Recebimento (AR).

DA DISSOLUÇÃO OU LIQUIDAÇÃO

Cláusula 11ª. A sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, estabelecendo os sócios quotista, a forma de liquidação, nomeando o liquidante e fixando sua remuneração.

§ Único. A sociedade não se dissolverá nos casos de (i) interdição, insolvência civil, falência, recuperação judicial ou retirada dos sócios; e (ii) mudança de denominação, transformação ou fusão dos sócios com terceiros.

DA RESOLUÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula 12ª. A resolução da sociedade em relação os sócios se regerá pelos dispositivos legais e, em complemento, pelas seguintes cláusulas.

§ 1º. Havendo a interdição de algum dos administradores, levando-o à incapacidade civil absoluta ou relativa, este será automaticamente substituído. Caso não haja interesse dos herdeiros dos sócios em continuar a empresa com os sócios interditado, seu curador legal ou judicial poderá solicitar a dissolução total da empresa.

§ 2º. Falecendo os sócios, a sociedade continuará suas atividades com os seus herdeiros e sucessores. Caso algum dos herdeiros não tenha interesse na continuidade da sociedade, será liquidada a sua quota e o valor de seus haveres será apurado com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. Se não houver interesse de nenhum dos herdeiros, proceder-se-á à dissolução total da sociedade.

§ 3º. Caso haja dissolução do casamento dos sócios, as quotas da sociedade que, na partilha, de comum acordo, forem atribuídas ao ex-cônjuge, serão liquidadas, na forma deste instrumento.

§ 4º. Caso haja o falecimento do cônjuge dos sócios, as quotas da sociedade que, na partilha, de comum acordo, sejam atribuídas a seus herdeiros, serão liquidadas, na forma deste instrumento, salvo acordo em sentido diverso.

§ 5º. Até a liquidação das quotas que lhe couberem, o ex-cônjuge ou os herdeiros não poderão exigir, desde logo, a parte que lhes couberem na quota social.

§ 6º. Até que se dê a resolução final ao processo de inventário dos sócios, caberá ao inventariante a representação do espólio junto à sociedade, podendo

exercer todos os direitos sociais e patrimoniais relativos às respectivas quotas, nos termos deste contrato social, em caso de aceitação do ingresso.

§ 7º. Havendo ingresso de novo sócio, se os sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um sócio está pondo em risco a continuidade da sociedade, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-lo da sociedade pela via extrajudicial.

§ 8º. A avaliação das quotas e apuração dos haveres, em qualquer caso, obedecerá a legislação vigente quanto às regras e método aplicado, sendo apurado mediante observância do Fair Value Valuations (CPC 46).

§ 9º. O valor apurado será pago prioritariamente em dinheiro e será efetuado com um prazo de 6 (seis) meses de carência, em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas. Os prazos aqui estabelecidos se iniciam na data de averbação na Junta Comercial da Alteração Contratual ou da notificação de retirada, após, neste caso, escoada a antecedência legal.

§ 10º. O titular das quotas liquidantes poderá, querendo, indicar um auxiliar técnico para acompanhar a liquidação de sua participação societária, devendo, para tanto, notificar a sociedade, no endereço de sua sede, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da causa que ensejou sua liquidação.

§ 11º. Os custos da apuração serão imputados ao sócio interessado, entre 3 (três) orçamentos apresentados pela sociedade, no caso de retirada, ao passo que, para os demais casos, os custos serão arcados apenas pela sociedade.

§ 12º. Fica, desde já, autorizado aos sócios remanescentes efetuarem o pagamento dos haveres dos sócios em que a sociedade se resolve, evitando-se a redução do capital social, observando-se o direito de preferência à aquisição proporcional.

DO FORO

Cláusula 13ª. Fica eleito o Foro da Comarca de Goiânia/GO, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim por estar de acordo assina o presente instrumento para arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás para que produza seus efeitos legais.

Goiânia/GO, 11 de agosto de 2026.

_____

ELISA BARROSO FERNANDES

Sócia retirante

_____

HELTON HENRIQUE RAVANHANI SANTOS

Sócio

_____

HUGO LEONARDO RAVANHANI SANTOS

Sócio

_____

ELAINE RAVANHANI SANTOS

Sócia

_____

MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sócio Administrador

_____

GABRIELI MONIQUE ALCANTARA FERREIRA

Sócio

_____

EMH PARTICIPACOES LTDA

Representada por

ELIAS FERNANDES DA SILVA

_____

ELIAS FERNANDES DA SILVA

Administrador

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
17761526893	ELAINE RAVANHANI SANTOS
79499554149	ELIAS FERNANDES DA SILVA
06536838122	ELISA BARROSO FERNANDES
41888044837	GABRIELI MONIQUE ALCANTARA FERREIRA
37811314835	HELTON HENRIQUE RAVANHANI SANTOS
42225550883	HUGO LEONARDO RAVANHANI SANTOS
19038245831	MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS

CERTIFICO O REGISTRO EM 04/09/2026 10:48 SOB Nº 20262358425.
PROTOCOLO: 262358425 DE 31/08/2026.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12615625354. CNPJ DA SEDE: 34457782000104.
NIRE: 52204808432. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 11/08/2026.
VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CONTRATO DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E ARTÍSTICA

DAS PARTES

GUILHERME ANTÔNIO MACHADO ARTIOLI, brasileiro, em artes "Guilherme", portador do RG 46.285.322-6 SSP/SP e CPF 381.438.598-51, residente à Rua Belvedere, 195, Cond. Sol de Vinhedo – CEP: 13.287-194 – Vinhedo/SP, doravante denominado ARTISTA.

HAROLDO BENVENUTO MACHADO ARTIOLI, brasileiro, em artes "Benuto", portador do RG 44.723.435-3 SSP/SP e CPF 367.468.782-31, residente à Rua Professor Cicero Proença Lana, 10, Residencial Alphaville – CEP: 14.039-069 – Ribeirão Preto/SP, doravante denominado ARTISTA.

VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ 34.457.782/0001-04, situada na Av. Edifício Juscelino Kubitscheck, sala 1409, Jardim Goiás, representada por seus sócios MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS, brasileiro, empresário, casado, portador do RG 28.656.308 SSP/SP e CPF 190.382.458-31, residente à Rua Dom Barreto, 1350, Centro – CEP: 13.170-004 – Sumaré/SP, e ELIAS FERNANDES DA SILVA, brasileiro, empresário, casado, portador do RG 3.436.013 SSP/GO e CPF 794.995.541-49, residente à Rua Pernambuco, 811, Centro – CEP: 75.600-000 – Goiatuba/GO, doravante denominada REPRESENTANTE.

As partes acima descritas contratam entre si a REPRESENTAÇÃO em CARÁTER EXCLUSIVO para todo território nacional, o REPRESENTANTE então podendo para tanto e sempre em concordância com a dupla Guilherme e Benuto assessorar as atividades artísticas, aqui entendidas em sentido amplo, mediante representação do mesmo diante terceiros, ficando responsável por:

Emitir documento fiscal (Nota Fiscal) para apresentação junto aos CONTRATANTES.

Negociar datas para apresentação sendo que as mesmas deverão ser previamente discutidas com os ARTISTAS que aprovarão ou não as condições.

Fazer visita precursora e zelar para que as mesmas exigências técnicas para apresentação dos ARTISTAS sejam respeitadas.

O REPRESENTANTE negociará e concluirá com terceiros, em nome e em representação dos ARTISTAS, a intervenção destes quantos negócios jurídicos sejam abrangidos pelo objeto do presente Contrato, diligenciando sempre para obter, em ditas contratações, os termos e condições mais favoráveis para os ARTISTAS.

O REPRESENTANTE será responsável pelo recebimento, cobrança e administração de todas as situações pecuniárias que se façam devidas para realização do evento bem como responsável por transações bancárias assinatura dos devidos recibos referente à realização dos eventos e assessorias artísticas.

O REPRESENTANTE prestará contas justificadas e prestará e pagará aos ARTISTAS as somas que se faça jus, caso a caso, em período de tempo não superior aos 05 dias dos respectivos

recebimentos, deduzidas das quantias que a título de gastos devam ser imputadas aos ARTISTAS, assim como a remuneração do REPRESENTANTE.

Dos valores recebidos pelo REPRESENTANTE serão deduzidos os encargos fiscais e a remuneração relativa aos honorários da representação.

Os ARTISTAS declaram sua inteira disponibilidade para celebrar o presente Contrato, assumindo a responsabilidade de dita declaração, assegurando ao REPRESENTANTE o uso pacífico do nome e da imagem dos ARTISTAS.

A expiração deste contrato não eximirá aos ARTISTAS do cumprimento das obrigações contraídas perante terceiros antes do término final do mesmo e que devam ser cumpridas posteriormente, nem prejudicará o direito do REPRESENTANTE a receber as correspondentes remunerações pendentes de pagamento.

Este CONTRATO de exclusividade poderá ser rescindido a qualquer tempo sem prejuízo ou multas para as partes bastando apenas um comunicado por escrito devendo as datas e condições pré-agendadas serem cumpridas.

As partes elegem, para a discussão de todas as questões ou dúvidas oriundas do presente contrato, e o que não comporte solução amigável, o Foro Central da Comarca de Sumaré/SP, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, e independente do domicílio atual e/ou futuro das partes contratantes.

Goiânia, 09 de Setembro de 2026.

MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS:19038245831

Assinado de forma digital por MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS:19038245831
Dados: 2026.09.09 14:47:13 -03'00'

MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS
CPF: 190.382.458-31

gov.br
Documento assinado digitalmente
GUILHERME ANTONIO MACHADO ARTIOLI
Data: 10/09/2026 09:47:18-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

GUILHERME ANTÔNIO MACHADO ARTIOLI
CPF: 381.438.598-51

ELIAS FERNANDES DA SILVA:79499554149

Assinado digitalmente por ELIAS FERNANDES DA SILVA:79499554149
ND: C=BR, CN=ELIAS FERNANDES DA SILVA:79499554149, O=ICP-Brasil, OU=presencial
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.10 18:19:00-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.0

ELIAS FERNANDES DA SILVA
CPF: 794.995.541-49

gov.br
Documento assinado digitalmente
HAROLDO BENEVENUTO MACHADO ARTIOLI
Data: 10/09/2026 13:42:15-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

HAROLDO BENEVENUTO MACHADO ARTIOLI
CPF: 367.468.782-31

PROCURAÇÃO

Outorgante: VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, registrada com CNPJ 34.457.782/0001-04, com sede na Avenida E, nº 1470, Quadra B 29-A, Lote Área 01, Sala 1409, Jardim Goiás, Goiânia-GO, CEP 74.810-030, neste ato representada por seus sócios **MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 29/12/1973, portador da carteira de identidade nº 28.656.308, expedida pela SSP-SP, inscrito no CPF 190.382.458-31, residente e domiciliado na Rua Dom Barreto, nº 1350, Centro, Sumaré-SP, CEP 13.170-004; e **ELIAS FERNANDES DA SILVA**, brasileiro, casado, empresário, nascido em 20/12/1975, portador da carteira de identidade nº 3.436.013, expedida pela SSP-GO, inscrito no CPF 794.995.541-49, residente e domiciliado na Rua Pernambuco, nº 811, Centro, Goiatuba-GO, CEP 75.600-000.

Outorgado: MARCELO NUNES GUSMÃO, brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG 30986159, inscrito no CPF 277.569.568-00, residente e domiciliado na Av. Dr. Alexandre Martins Laroca, nº 930, ap. 244, Santa Terezinha, Paulínia-SP, com amplos poderes para representar a outorgante perante as empresas operadoras de telefonia CLARO, TIM, VIVO e OI, as concessionárias de energia elétrica EQUATORIAL, a companhia de água SANEAGO de Goiás, e assinar todos os tipos de contratos/distratos, de prestação de serviços, propostas e orçamentos referentes a shows da empresa outorgante VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA, responsabilizando-se por todos os atos praticados no cumprimento deste instrumento, cessados os efeitos deste a partir de 09/09/2028.

Goiânia, 09 de Setembro de 2026.

MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS:19038245831

Assinado de forma digital por MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS:19038245831
Dados: 2026.09.09 14:47:41 -03'00'

VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA
MARCOS ROBERTO SOUZA DOS SANTOS
OUTORGANTE
CPF: 190.382.458-31

ELIAS FERNANDES DA SILVA:79499554149

Assinado digitalmente por ELIAS FERNANDES DA SILVA:79499554149
ND: C=BR, CN=ELIAS FERNANDES DA SILVA:79499554149, O=ICP-Brasil, OU=presencial
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.09.10 18:19:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.0

VIENA PRODUÇÕES MUSICAIS LTDA
ELIAS FERNANDES DA SILVA
OUTORGANTE
CPF: 794.995.541-49

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: PROCURAÇÃO ELIAS X MARCOS X MARCELO - 2026.pdf (1/1) 43/122

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA
CNPJ: 34.457.782/0001-04

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 02:54:19 do dia 02/09/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 01/03/2027.
Código de controle da certidão: **2762.AA8A.EEC1.A841**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 76098787

IDENTIFICAÇÃO:

NOME: **VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA**

CNPJ **34.457.782/0001-04**

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 120 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
https://goias.gov.br/economia/
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.538.372.946 **EMITIDA VIA INTERNET**

SGTI-SEFAZ: **LOCAL E DATA:** GOIANIA, 16 SETEMBRO DE 2026 **HORA:** 9:56:41:9

PREFEITURA DE GOIÂNIA

Secretaria Municipal de Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE FISCAL NEGATIVA DE DÉBITOS DE QUALQUER NATUREZA PESSOA JURÍDICA NÚMERO DA CERTIDÃO: 2.243.855-5

Prazo de Validade: até 22/11/2026

CNPJ: 34.457.782/0001-04

Certifica-se que até a presente data **NÃO CONSTA DÉBITO VENCIDO OU A VENCER** referente a débitos de qualquer natureza administrados pela Prefeitura Municipal de Goiânia para este CPF ou CNPJ, nos termos dos artigos 156 e 158, inciso I do caput, parágrafo 1º, inciso I, e parágrafo 2º, e os artigos 159 e 160 da Lei Complementar Municipal nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

Esta CERTIDÃO abrange todos os débitos de créditos de natureza tributária e não tributária, nos termos do artigo 159 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A CERTIDÃO ora fornecida não exclui o direito da Fazenda Pública Municipal cobrar, em qualquer tempo, os débitos que venham a ser apurados pela autoridade administrativa, nos termos do artigo 160 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

A validade desta Certidão é estabelecida no artigo 162 da Lei Municipal Complementar nº 344 de 30/09/2021 (Código Tributário Municipal).

GOIANIA(GO), 25 DE AGOSTO DE 2026

ESTA CERTIDÃO É GRATUITA E EMITIDA ELETRONICAMENTE, E DEVERÁ SER VALIDADA PARA CONFIRMAÇÃO DA SUA AUTENTICIDADE, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO *www.goiania.go.gov.br*. Qualquer Rasura ou emenda invalidará este documento.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 34.457.782/0001-04
Certidão nº: 59764140/2026
Expedição: 06/07/2026, às 15:19:13
Validade: 02/01/2027 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **34.457.782/0001-04**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CERTIDAO TRABALHISTA 07-01-2027.pdf (1/1) 47/122

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 34.457.782/0001-04
Razão social: VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA
Endereço: AV E 1470 QUADRAB29-A/ JARDIM GOIAS / GOIANIA / GO / 74810-030

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 11/09/2026 a 10/10/2026

Certificação Número: 2026091106155415184490

Informação obtida em 16/09/2026 09:58:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

CERTIDÃO NEGATIVA

DE

CONTAS JULGADAS IRREGULARES

(Válida somente com a apresentação do CPF/CNPJ)

Nome: **VIANA PRODUCOES MUSICAIS LTDA** ,

CPF/CNPJ: **34457782000104**

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás CERTIFICA que, até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de Contas Julgadas Irregulares, em nome do(a) requerente acima identificado(a).

A consulta para emissão desta certidão foi efetuada nos registros da Secretaria Geral - Contas Julgadas Irregulares pelo TCE-GO, excluídos os lançamentos relativos a processos em tramitação que ainda não foram objeto de deliberação por parte deste Tribunal.

Certidão emitida às 15:32:04 do dia 28/09/2026, com validade de 30(trinta) dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sitio do Tribunal de Contas do Estado .

Código de controle da Certidão: 419C32FB25200E0D

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidara este documento.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 01/10/2026 09:57:20

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA**
CNPJ: **34.457.782/0001-04**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (01/10/2026 às 09:55) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 34.457.782/0001-04.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 06HE.839N.58D1.L4JL no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Guilherme & Benuto



Guilherme & Benuto nasceram em Campinas, cidade do interior de São Paulo, e descobriram a música ainda crianças. Guilherme começou a tocar sanfona aos nove anos, já Benuto, que é formado em música erudita e já fez parte de cinco orquestras sinfônicas, descobriu a paixão pelo violino aos 11. Incentivados pelo pai, começaram a tocar chorinho, forró, samba e música instrumental em botecos e bares da cidade.

Durante dez anos, Guilherme & Benuto fizeram parte do trio sertanejo Villa Baggage. Os irmãos participaram diretamente de todos os projetos gravados até 2018, como o CD “Abelha Sem Mel”, o clipe da música “Abrindo o Coração”, o DVD “Do Nosso Jeito” – totalmente autoral –, além do clipe de “Pijama de Ursinho”. Destaque também para as faixas: “Localização”, que contou com a participação das irmãs Maiara & Maraisa, “Chorando na Calçada” e “Abelha Sem Mel”, com a participação de Henrique & Juliano.

Em 2019 assinaram com a gravadora Sony Music e lançaram o primeiro trabalho como dupla: o álbum “Amando, Bebendo e Sofrendo”. Já em 2020, um ano desafiador por conta da pandemia de COVID-19. Lançaram o segundo projeto pela gravadora, o inovador DVD “Drive-in 360”. Gravado em um estacionamento, na cidade de Piracicaba, interior de São Paulo, contou com participações virtuais de Dilsinho e o duo mexicano Rio Roma. O primeiro lançamento do projeto, a faixa “Pulei na Piscina”, ficou entre as mais ouvidas nas rádios do Brasil e, também, foi destaque nas plataformas digitais. Hoje, o sucesso conta com mais de 184 milhões de streams e no YouTube passando dos 259 milhões de views.

Como renomados compositores do meio sertanejo, a dupla escreveu sucessos que foram interpretados por grandes artistas: “Pergunta Boba” (Jorge & Mateus), “Mel e Limão” e “Arco Íris Preto e Branco” (Jads & Jadson), “Com Você” (Felipe Araújo), “Musa da Praia” (Lucas Lucco), “Foi no Bar, Perdeu o Lugar” (Thaeme & Thiago), “Avisei na Portaria”, “Joga água na Língua” e “Pensa Bem” (Israel & Rodolffo), “Muito Prazer e Procura-se” (João Neto & Frederico), “Orgulho Trouxa” e “Até Deus Dúvida” (Guilherme & Santiago), “Varanda Por Janela” (Kleo Dibah), “Traição à Queima Roupa” (Cristiano Araújo), entre outras.

O projeto “Drive In 360” de Guilherme & Benuto conquistou espaço no universo sertanejo com milhões de execuções nas plataformas, fixando o nome da dupla nas paradas. Atualmente, os irmãos alcançam mais de 10 milhões de ouvintes mensais apenas no Spotify - maior plataforma de stream do Brasil. A dupla coleciona hits e marca presença em todas as principais playlists da plataforma. Faixas como “Amando, Bebendo e Sofrendo”, “Pulei na Piscina”, “Sigilo”, “Drive in”, “Você Não é de Bar”, “Camisa Preta”, “Mesa Falsa” e um dos maiores sucessos da dupla, “Declaração Pro Bar”, são destaques também no canal dos artistas no YouTube, que já passou da marca de 2,79 milhões de inscritos e mais de 3 bilhões de visualizações.

Guilherme & Benuto iniciaram 2022 com o lançamento da faixa “Vagabundo Chora” que em menos de três meses bateu mais de 26 milhões de visualizações no YouTube. Em maio do mesmo ano, a dupla gravou o DVD “Deu Rolo in Goiânia”, concretizando o projeto que ficou guardado durante toda a pandemia. O primeiro lançamento do DVD “Deu Rolo in Goiânia” foi a música “Haja Colírio” com participação da dupla Hugo & Guilherme. Sucesso imediato, o lançamento alcançou mais de 28 milhões de visualizações no YouTube em menos de um mês. Em agosto, a música alcançou a primeira posição no TOP50 Brasil do Spotify - a playlist mais importante da atual principal plataforma de áudio. A faixa permaneceu entre as mais escutadas da plataforma por um ano e dois meses.

O segundo lançamento do projeto “Deu Rolo in Goiânia” ficou por conta da faixa “Assunto Delicado”, em parceria com o comandante Xand Avião, misturando forró com sertanejo. O lançamento consagrou o projeto como sucesso e também entrou para o TOP50 do Spotify, ocupando o 3ª lugar por mais de nove semanas.

Em 2023, Guilherme & Benuto se consolidaram no mercado fonográfico, emplacando quatro faixas do DVD “Deu Rolo in Goiânia” entre as mais tocadas do país. No mesmo ano, a dupla também lançou o sucesso “Duas Três”, em parceria com Ana Castela, completando mais de um ano no TOP50. Ainda em 2023, a dupla retornou para sua região natal, para gravação do 4ª DVD da

carreira, intitulado “Deu Rolo de Novo”. O projeto contou com grandes participações: Wesley Safadão, Simone Mendes e Maiara & Maraisa. Vale ressaltar que o encontro aconteceu em Jaguariúna (São Paulo).

Com uma média de 22 shows por mês, os irmãos seguem aproveitando o sucesso, levando seus hits por todo o Brasil e também internacionalmente - Guilherme & Benuto realizaram em março de 2023 a primeira turnê internacional. O país escolhido foi o Estados Unidos que recebeu sete shows da dupla.

Guilherme & Benuto começaram o ano de 2024 como a dupla sertaneja com mais ouvintes mensais no Spotify e divulgaram o projeto intimista “In Casa”, gravado na casa de Benuto, ao lado de amigos e familiares, com faixas inéditas e regravações de modões poucos explorados pela nova geração do sertanejo. Eles também finalizaram o DVD “Deu Rolo de Novo”, que conta com o sucesso “Manda um Oi”, parceria com Simone Mendes, que ficou entre as mais ouvidas do Spotify Brasil.

Em setembro de 2024, a dupla gravou o maior DVD da carreira em São Paulo. Intitulado “+Amor+Música”, o projeto tem diversas participações especiais e é o sexto DVD da carreira dos artistas, contando com 22 músicas inéditas e levando ao sertanejo arranjos do violino (tocado por Benuto) e do piano (tocado por Guilherme). Com ponte, telões móveis e convidados mais que especiais, o projeto chega para mostrar a grandiosidade da dupla. O single “Sujeito Homem” foi o primeiro lançamento do novo trabalho. Em seguida, o primeiro volume foi lançado com seis músicas, incluindo o feat da dupla com Nattan em “Fechando O Circo”.

Já em 2025, chega a faixa “Filho da Mãe”, dando sequência na divulgação do projeto "+Amor+Música". Com refrão chiclete, o single fala sobre aquele ex que a pessoa nunca consegue esquecer. Em maio, a dupla lançou mais um EP do projeto audiovisual. O volume 2 contou com seis faixas e destaque para a música “Depois do Prazer”.

Em julho de 2025, a dupla apresentou o volume 3, com mais quatro músicas e destaque para "Grau de Maluca", que sozinha mescla o sertanejo dos irmãos, com o pagode do grupo Menos É Mais e o forró de Matheus Fernandes, trazendo uma proposta ousada e inovadora.

Em agosto de 2025, durante a Festa do Peão de Barretos, a dupla gravou o projeto “Deu Rolo no Barretão (Verão)”, com participações de Xand Avião, Jiraya Uai e Panda, no Rancho do Sertanejeiro. O projeto completo foi divulgado em julho de 2026, com grande destaque para a faixa “Eu Duvido”, ao lado de Panda, que segue conquistando as plataformas digitais e redes sociais.

MIDIA KIT 2026

Midia KIT
2026



FlowDocs: 9661 - 2026 - Comitê - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: MIDIA ... pdf (1/12) - 05/22

RELEASE

Gui e Nuto nasceram em Campinas, interior de São Paulo, e descobriram a música ainda crianças. Gui começou a tocar sanfona aos nove anos; Nuto, formado em música erudita e integrante de cinco orquestras sinfônicas, descobriu a paixão pelo violino aos onze anos, incentivado pelo pai.

Com apenas quatro anos de carreira e muitos sucessos, chegaram ao TOP 1 do Spotify Brasil com “Haja Colírio”, que acumula **mais de 1 bilhão de streams totais**. Conquistaram também o Top 1 na Deezer Brasil, Amazon Music Brasil e o topo da Apple Music Brasil.

Os números das plataformas digitais de Guilherme & Benuto refletem a boa fase e as escolhas certeiras que vivem os irmãos. Só no Spotify — principal plataforma de áudio — são mais de 8,5 milhões de ouvintes mensais; e no YouTube oficial da dupla, já passam de **3,9 bilhões de visualizações e mais de 2,97 milhões de inscritos**.



FineDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatorio - Serviços | Anexo: MIDIA KIT 2026_JUL.pdf (2/12) 56/122

DISCOGRAFIA















DISCOGRAFIA

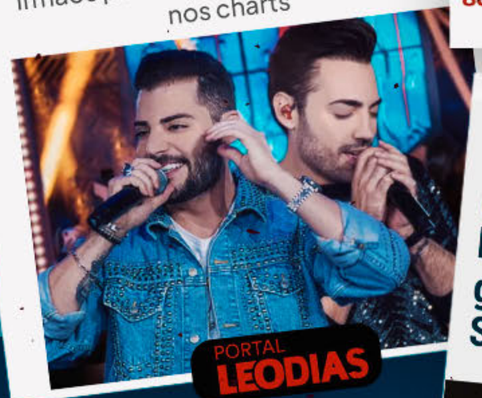
CONQUISTAS

- HAJA COLÍRIO TOP 1 SPOTIFY BRASIL POR 8 SEMANAS CONSECUTIVAS
- 3 BATIDAS ENTRE AS MÚSICAS MAIS OUVIDAS DA HISTÓRIA DO SPOTIFY
- 2 MÚSICAS NO TOP 5 DO SPOTIFY BRASIL
- TOP 8 DOS ARTISTAS MAIS OUVIDO DO SPOTIFY
- DUPLA SERTANEJA DE MAIOR OUVINTES MENSAIS NO SPOTIFY
- 6 MÚSICAS NO TOP 100 DO SPOTIFY BRASIL
- 2 MÚSICAS NO TOP GLOBAL DO SPOTIFY



Guilherme e Benuto se tornam a dupla sertaneja mais ouvida no Brasil

Irmãos passaram Henrique e Juliano nos charts



PORTAL LEODIAS

g1

Quais são as músicas mais ouvidas da história da parada do Spotify no Brasil?

80. Guilherme & Benuto - 3 Batidas - 116.350:014

SÃO PAULO CULTURA

Guilherme & Benuto: Ingressos esgotados há 15 dias de gravação de DVD em São Paulo



ABC DO ABC FOCADO EM VOCÊ

Guilherme e Benuto promovem evento exclusivo para fãs; entenda



BAND com.br

POPNOW



SERTANEJO

Guilherme e Benuto alcançam o TOP1 do Spotify Brasil com 'Haja Colírio'

g1

Quais são as músicas mais ouvidas da história da parada do Spotify no Brasil?

80. Guilherme & Benuto - 3 Batidas - 116.350.014

Leo Dias

Guilherme & Benuto dominam o topo do Spotify com duas músicas

Haja Colírio é a canção mais escutada do TOP 50 Brasil e acumula mais de 59 milhões de plays

Daniel Neblina

27/09/2022 15:59, atualizado 27/09/2022 15:59.

METRÓPOLES

Guilherme & Benuto gravam DVD "+ Amor + Música" em São Paulo



BAND com.br

CLIPPING

RENOMADOS, GUILHERME & BENUTO CIRCULAM BASTANTE POR SITES DE NOTÍCIAS DEVIDO AO SUCESSO DE SUAS MÚSICAS.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: MIDIA KIT 2026_JUL.pdf (5/12) 59/122

EM APENAS 5 ANOS COMO DUPLA, GUILHERME E BENUTO SOMAM MAIS DE

8 BILHÕES DE STREAMS TOTAIS

2.4M
DE SEGUIDORES

3.9BI
DE VISUALIZAÇÕES NO CANAL

9.7M
DE OUVINTES MENSAIS

2.9M
DE INSCRITOS



O MAIOR HIT DA CARREIRA, **"HAJA COLÍRIO"**, ALCANÇOU O **TOP 1** DAS PLATAFORMAS E ACUMULA **MAIS DE 1 BILHÃO** DE STREAMS.

COMPOSITORES RENOMADOS, EMPLACARAM DIVERSOS SUCESSOS NO **TOP 50 DO SPOTIFY**, COMO "ASSUNTO DELICADO", "ESSE B.O. É MEU", "MANDA UM OI", "DUAS TRÊS" E OUTRAS.

EM 2024, A DUPLA SE CONSOLIDOU COMO A **MAIOR DO SERTANEJO NO SPOTIFY**, ULTRAPASSANDO **15 MILHÕES DE OUVINTES** MENSAIS.

VERSÁTEIS, **GUILHERME TOCA SANFONA DESDE OS 9** E **BENUTO VIOLINO DESDE OS 11**, TRAZENDO UMA ROUPAGEM ÚNICA E INOVADORA AO SERTANEJO.

TOP CERTIFICAÇÕES

ÁLBUM

DEU ROLO IN GOIÂNIA



DIAMANTE

DEU ROLO DE NOVO



2X PLATINA

DRIVE IN 360



2X PLATINA

AMANDO, BEBENDO E SOFRENDO



2X PLATINA

SINGLE

HAJA COLÍRIO



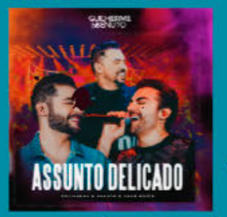
3X DIAMANTE

MANDA UM OI



3X DIAMANTE

ASSUNTO DELICADO



3X DIAMANTE

DUAS TRÊS



3X DIAMANTE

PULEI NA PISCINA



2X DIAMANTE

3 BATIDAS



2X PLATINA

GRAU DE MALUCA



PLATINA

CHOROSA



OURO

REDES SOCIAIS

INSTAGRAM
2,1 MILHÕES
DE SEGUIDORES

TIKTOK
1.4 MILHÃO
DE SEGUIDORES

11.4 MILHÕES
DE CURTIDAS

FACEBOOK
1 MILHÃO
DE SEGUIDORES





PROGRAMAS DE TV



ALTAS HORAS



CALDEIRÃO COM MION



DOMINGÃO COM HUCK



ENCONTRO



FAUSTÃO NA BAND



HORA DO FARO



MELHOR DA NOITE



PROGRAMA DO RATINHO



VIVER SERTANEJO



SABADOU COM VIRGINIA



CONVERSA COM BIAL

PUBLICIDADE

GUILHERME E BENUTO SE DESTACAM EM CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS DE GRANDES MARCAS



CLIQUE E ASSISTA NA ÍNTEGRA // CLIQUE E ASSISTA NA ÍNTEGRA //



Sicredi



Artistas em Destaque | Notícias

Guilherme & Benuto são destaques em propaganda da Vivo

Por **Melhor Sertanejo** - 25 de junho de 2020 1951 0

A dupla é destaque em comercial da Vivo
Não é apenas em cima do palco que Guilherme & Benuto, literalmente, dão um show de talento. Os irmãos tornaram-se garotos propaganda da mais recente campanha [illegible] empresa Vivo. O enorm[illegible]
aumento [illegible] consumo de lives de sh[illegible]

CLIQUE E ASSISTA NA ÍNTEGRA // CLIQUE E ASSISTA NA ÍNTEGRA //

vivo













EM 2025, A DUPLA FEZ CERCA

DE **111 SHOWS**,

REUNINDO UM PÚBLICO

DE MAIS DE **MEIO**

MILHÃO DE PESSOAS

+55 SHOWS



CONTATO



CLIQUE E ACESSE
O PRESS KIT

SHOWS
(19) 9 9605-2482

GUILHERME&BENUTO
VIENA GB SONY MUSIC

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos)
Para: Secretaria de Administração (Organograma), Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 01 de outubro de 2026 às 14:26

O título do processo foi alterado por Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos) de 'Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026. ' para 'Inexigibilidade de Licitação nº 36/2026 - Show Guilherme e Benuto 29/11/2026'

De: Gerência de Contratações Públicas
Enviado por: Rodrigo Ferreira dos Santos (rodrigo.santos)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 05 de outubro de 2026 às 07:51

Segue:

- Autuação
- Parecer contábil
- Autorização para abertura de processo
- Portaria nº 095/2026

Anexo(s)
Autuação.pdf
Parecer contábil.pdf
Autorização para abertura de processo.pdf
Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026

PROCEDIMENTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

IDENTIFICAÇÃO: IL nº 036/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021; Art. 1º, § 2º, I, e art. 2º a 5º do Decreto Municipal nº 25/2024.

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

OBJETO: Inexigibilidade de Licitação para Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

VALOR GLOBAL: R$ 450.000,00

DATA DA AUTUAÇÃO: 01/10/2026

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.: 78319-000 - Campos de Júlio - MT

PARECER CONTÁBIL

Em atenção a solicitação do setor de compras e licitações para verificar a existência de recursos orçamentários, para assegurar o pagamento das obrigações decorrente do objeto especifico abaixo, certifico que:

[X] - HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações conforme dotação (ões) especificada (s) abaixo;

[ ] - NÃO HÁ recursos orçamentários para pagamento das obrigações;

[ ] – Despesas Extra Orçamentárias.

[ ] – Sistema de Registro de Preços com indicação de dotação no momento da aquisição.

DADOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nº.Processo Adm./Ano: 000113/26
Data do Processo Adm.: 01/10/2026
Modalidade: INEXIGIBILIDADE 0036/2026

Objeto do Processo Adm.: Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

Recursos orçamentários

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
1090	2026	020901	13.392.0008.2088.0000	3.3.90.39.23.00	1.2.500	450.000,00	1.383.290,00	921.035,00

Total Previsto : 450.000,00

Campos de Júlio, 01 de outubro de 2026

Assinatura do Responsável

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: DELONES VALMORBIDA
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C3E63E7337204B4B84DE795459577F56

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
C3E63E7337204B4B84DE795459577F56

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: DELONEI VALMORBIDA em 05/10/2026 10:11:07
CPF:***.***-.821-49
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C3E63E7337204B4B84DE795459577F56

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2026

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Autorizo a abertura de processo para contratação direta, por meio de inexigibilidade de licitação, da Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026, no valor de R$ 450.000,00, em atendimento à demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo.

Campos de Júlio - MT, 01/10/2026

_____

Irineu Marcos Parmeggiani

Prefeito

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9A1AE811F784146A1E6BC16697ED1F2

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
A9A1AE811F784146A1E6BC16697ED1F2

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 05/10/2026 13:35:46
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/A9A1AE811F784146A1E6BC16697ED1F2

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea "f" e "h", da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (1/5) 74/122

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedimento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (2/5) 75/122

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - Francieli Beatriz Ceccon.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Prefeito de Campos de Júlio/MT

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (3/5) 76/122

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, MT.

INEGIXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2023

CREDENCIAMENTO Nº 08/2023

12º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, com sede na Av. Valdir Masutti, 779W, Loteamento Bom Jardim, Campos de Júlio – MT, CEP 78.319-000, torna público a relação de Credenciados no Processo de Credenciamento nº 08/2023, Chamamento Público para Credenciamento de **pessoas físicas e jurídicas para prestação de serviços profissionais de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia e assistência social, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e suas unidades** nas condições estabelecidas no Edital, sendo credenciados:

RELAÇÃO ATUALIZADA DE CREDENCIADOS

Assistente Social	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
RICARDO WASTOWSKI PIRES	**CPF/MF 026.XXX.XXX-09**
MARIA LIRES SCARMUCIN	**CPF/MF 340.XXX.XXX-91**
VALDINEI DE SOUZA OLIVEIRA	**CPF/MF 529.XXX.XXX-34**

PSICOLOGA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STEFANY DE ALENCAR COUTINHO DA SILVA	**CPF 063.XXX.XXX-05**

FISIOTERAPEUTA	
Credenciados.	**CNPJ/MF/ CPF**
STUDIO RENAN LEONIR FISIOTERAPIA E PILATES LTDA	**CNPJ Nº 38.906.267.0001-15**
AMANDA RAISSA ALVES CARDOSO	**CNPJ Nº 50.160.198/0001-49**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CPF Nº 010.XXX.XXX-37**
PABLO LUAN DA SILVA LIMA	**CNPJ Nº 58.496.504/0001- 24**
LYV SAUDE E EDUCAÇÃO	**CNPJ Nº 52.908.682/0001-39**

FONOAUDIOLOGO	
Credenciados.	**CNPJ/MF/**
S C SOARES CARMIN	**CNPJ Nº 54.224.934/0001-36**
PAMELA MOTA ATENDIMENTO FONOAUDIOLOGICOS LTDA	**CNPJ Nº 53.943.805/0001-35**
INB FONOAUDIOLOGIA LTDA	**CNPJ Nº 45.406.789/0001-13**

Campos de Júlio, 23 de abril de 2026

Nadia T. Nejem

Agente de Contratação

Portaria nº 26/2024

PORTARIA Nº 95, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAREM COMO AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PARA COMPOR A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E A EQUIPE DE APOIO E PARA ATUAREM COMO AGENTES PÚBLICOS NOS PROCEDIMENTOS REGIDOS PELA LEI Nº 14.133/2021, E REVOGA PORTARIA Nº. 26, DE 24 DE JANEIRO DE 2024.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 148, inciso II, alínea “f” e “h”, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores efetivos para atuarem como agentes de contratação nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

III - Nadia Talal Nejem;

§ 1º Nas licitações na modalidade pregão, os agentes de contratação indicados nos incisos I e II do **caput** deste artigo serão designados pregoeiros, nos termos do art. 8º, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

§ 2º Compete aos agentes de contratação tomar decisões, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, bem como e especialmente o desempenho das atribuições previstas no art. 14 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 3º Compete aos agentes de contratação indicados no **caput** a condução dos processos de contratação direta realizados pelo ritos comum e eletrônico, previstos no art. 1º, § 2º, incisos I e II do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024.

§ 4º Os servidores indicados no **caput** poderão atuar como membros da equipe de apoio, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

§ 5º Compete ao Secretário Municipal de Administração a distribuição dos processos de licitação e de contratação direta a cada um dos agentes indicados no **caput** deste artigo, bem como designar seus substitutos nas hipóteses de afastamento, impedi-

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (4/5) 77/122

mento legal ou regulamentar.

Art. 2º Designar os servidores efetivos abaixo relacionados para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de contratação, em caráter permanente:

I - Eric Rodrigo Pettenan;

II - Nadia Talal Nejem;

III - Marcelo José Batista dos Santos Lino;

IV - Wilma da Guia Ferreira; e

V - Darci Rodrigo Teixeira.

§ 1º Compete à comissão de contratação o desempenho das atribuições previstas no art. 18 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024, sem prejuízo das demais normas aplicáveis.

§ 2º Em suas ausências ou impedimentos, o presidente da comissão de contratação será substituído por um dos demais membros, na ordem indicada no art. 2º desta Portaria.

§ 3º A comissão de contratação não poderá se reunir com número de membros inferior a 3 (três), nos termos do art. 8º, §2º, da Lei nº 14.133/2021, sempre em número ímpar, cabendo ao servidor que atuar como presidente da comissão, se for o caso, solicitar a designação de servidor para substituir membros afastados ou impedidos.

§ 4º A designação de comissão de contratação em caráter permanente não impede eventual designação de comissão de contratação em caráter especial, quando as circunstâncias de contratação específica assim exigir.

§ 5º Os servidores arrolados no **caput** poderão, quando for o caso, atuar como membros da equipe de apoio aos agentes de contratação, desde que não estejam exercendo outras funções no respectivo processo licitatório.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para, na qualidade de agentes públicos, conduzirem os processos de contratação direta realizados pelo rito simplificado, previsto no art. 1º, § 2º, inciso III, do Decreto Municipal nº 25, de 19 de janeiro de 2024:

I - Jéssica Amann Froehlich;

II - Thais Silva Maciel;

III - Cácia Aparecida de Vargas Schreiner;

IV - Lharen Brandalize Pazinatto;

V - Marcia Soares de Freitas; e

VI - **Francieli Beatriz Ceccon**.

Art. 4º Os agentes de contratação, a comissão de contratação, a equipe de apoio e os agentes públicos poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria, e contarão com o auxílio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio - MT, nos termos do disposto no art. 15 do Decreto Municipal nº 23, de 18 de janeiro de 2024.

Art. 5º. Revoga dispositivo da Portaria nº 26, de 24 de janeiro de 2024.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 32 - PSS/001/2025, DE 23 DE ABRIL DE 2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº01/2025 e em conformidade com a Lei n.º 1.945, de 05 de março de 2024, Lei n.º 2.254, de 13 de maio de 2025.

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado regido pelo edital nº 01/2025 por meio do Decreto Municipal nº 195, de 13 de agosto de 2025;

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no* Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, destinado à contratação para o atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, para suprimento das vagas aos cargos da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO o Memorando nº. 25/2026/SMSCJ/GS subscrito pela Ilustríssima Secretária Municipal de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2025, regido pelo edital nº 01/2025, abaixo nominado (s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital do certame para a efetiva contratação temporária ao(s) seguinte(s) cargo(s):

ENFERMEIRO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Jenifer Souza de Almeida	10º

Art. 2º. Para serem contratados o (s) candidato(s) deverá (ão) apresentar documentação no original ou fotocópia autenticada em cartório prevista no item 2.1 do edital nº. 001/2025, a seguir elencados:

Habilitação se exigir o cargo.

I. Ter Nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei;

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Portaria nº 95.2026 - Agentes de contratação.pdf (5/5) 78/122

De: Rodrigo Ferreira dos Santos

Deferido

Para: Procuradoria Geral (Organograma)

Data: 05 de outubro de 2026 às 15:45

Anexada a minuta do contrato aos autos, encaminho o processo a essa Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico.

Anexo(s)

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA.pdf

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**;

CONTRATADO: VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **34.457.782/0001-04**, com sede à Avenida E, Nº 1470, Quadra B29-A, Goiânia-GO, CEP: 74.810-030, neste ato representado por **MARCELO NUNES GUSMÃO,** brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG 30XXX159, inscrito no CPF 277.XXX.XX8-00.

Firmam o presente contrato, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Pelo presente termo, contrate-se a dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026

CLÁUSULA II – DAS ESPECIFICAÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A apresentação artística (show musical) deverá ser realizada no dia **29/11/2026**.

2.2 O evento será realizado na praça Dorildo Neves de Moura, a apresentação terá duração de no Mínimo **01 hora e 30 minutos**, com início conforme programação do evento. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá executar todo o combinado na proposta de preço que integra esse processo, podendo a critério de ambas as partes (contratado e contratante) alterar horário de início do show e duração do mesmo conforme o andamento dos serviços, e / ou ofertar outros serviços dentro do valor pactuado diretamente com a produção do evento do Município. Deverá a contratada executar todos os compromissos assumidos fielmente, a fim de garantir a eficiência e qualidade do serviço.

2.3 Caberá aos artistas a escolha do repertório a ser apresentado.

CLÁUSULA III – DO AMPARO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

3.1 A lavratura do presente contrato decorre do Processo Licitatório nº 113/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 036/2026, realizado com base no artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

CLÁUSULA IV – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Pela entrega do objeto deste contrato, a contratante pagará à contratada a importância de **R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).**

4.2 O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, a ser efetuada após a assinatura do contrato e sua respectiva publicação nos meios oficiais. A segunda parcela, correspondente aos 50% (cinquenta por cento)

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: MINUTA DO CONTRATO Nº XXX.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAI

restantes, será paga após a realização do evento. O pagamento será mediante a apresentação da Nota Fiscal, será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.3 O pagamento deverá ser realizado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal.

4.4 A nota fiscal deverá ser apresentada em até 05 (cinco) dias após a realização do evento.

4.5 Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT.

4.7 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

4.8 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos serviços são de responsabilidade do fornecedor, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

4.9 Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

4.10 Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

R= V x I

Onde: R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

4.11 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será restituída à empresa.

4.12 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Campos de Júlio - MT.

4.13 As notas fiscais deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, em especial ao disposto no decreto 179 de 15 de agosto de 2023.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: MINUTA DO CONTRATO Nº XXX.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAI

4.14 A retenção do Imposto de Renda (IR) deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observado os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB 1234/2012 e do decreto Municipal 179/2023.

4.15 Os serviços e produtos elencados no Art.4º da IN RFB 1234/2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, sob pena de retenção na forma do §1º do Art. 2º, conforme Decreto Municipal 179/2023.

4.16 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Campos de Júlio - MT, para o exercício de 2026, e serão indicadas quando as adjudicações forem realizadas:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Cultura

Centro de Custo: 534 – Realização de Eventos Culturais

Despesa: 1090/2026 Compl. do Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00.00

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da contratação será de **03 (três) meses** contado a partir da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço.

6.2 Informar ao fornecedor sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a prestação dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

6.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado;

6.4 Comunicar por escrito, ao fornecedor, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos serviços;

6.5 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste contrato;

6.6 A Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT deverá acompanhar os prazos de entrega, exigindo que o fornecedor tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais cominações legais;

6.7 Comunicar, por escrito, ao fornecedor o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

6.8 Proporcionar as condições para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas, segurança, estrutura de palco, som e iluminação conforme Rider técnico, ECAD, geradores, abastecimento de camarim, 03 (três) vans para translado local, 08 (oito) carregadores para carga e descarga do material, hospedagem conforme lista de quartos (Room list) fornecida pela produção.

6.9 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a CONTRATANTE reembolsará à CONTRATADA todos os gastos logísticos prévios e comprovadamente já realizados e não reembolsáveis pelas companhias prestadoras (ex: passagens aéreas já emitidas, taxas de visto, etc.).

CLAUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRADA

7.1 A CONTRATADA se obriga a garantir a presença da dupla Guilherme e Benuto no local, data e hora previamente estabelecidos, para a realização do espetáculo, salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, tais como enchentes, deslizamentos, acidentes de percurso, catástrofes naturais, doença ou qualquer outro fato imprevisível e inevitável que impeça o comparecimento. A ocorrência comprovada desses fatos isenta a CONTRATADA de responsabilidade, permitindo a revisão, suspensão ou rescisão do contrato.

7.2 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a CONTRATADA devolverá a CONTRATANTE, no prazo de até **10 (dez)** dias úteis a contar da declaração de rescisão, todos os valores eventualmente já pagos a título de sinal ou adiantamento de cachê, deduzidos os custos não reembolsáveis previstos no item **"6.9"**.

7.3 Fornece os serviços objeto desta contratação, correndo por sua inteira conta e risco, todas as despesas relacionadas a entrega dos serviços, assumindo os demais encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos.

7.4 Obriga-se a cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, principalmente relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação. Os serviços devem ser executados conforme demanda solicitada pelo CONTRATANTE dentro do prazo de execução.

7.5 A contratada deverá prestar assessoria dos serviços prestados, tais como, atendimento aos fiscais do contrato em caso de dúvidas relacionadas ao show e quaisquer solicitações da CONTRATANTE.

7.6 Cumprir a carga horária total do contrato, conforme a programação da proposta.

7.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.8 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

7.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

7.10 Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas no serviço, não sendo admitida qualquer cobrança posterior da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT;

7.11 Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do show, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.12 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT;

7.13 Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

7.14 Emitir nota fiscal discriminada, legível e sem rasuras, conforme orientação da contratante.

7.15 Emitir e entregar, juntamente com a nota fiscal, certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos perante a receita federal, receita estadual (domicílio da contratada), receita municipal (domicílio da contratada), justiça do trabalho e Certificado de Regularidade perante o FGTS.

7.16 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriga a atender.

7.17 Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT na execução do serviço serão ressarcidos pelo fornecedor, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do contrato e da Nota de Empenho.

CLAUSULA VIII – DAS SANÇÕES

8.1. Na hipótese de o fornecedor inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação.

8.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

8.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

8.5. A sanção prevista no artigo 156, inciso II (multa), não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 8.1 deste contrato**, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 30% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

d) se ensejar o retardamento do início da apresentação sem motivo justificado e aceito pela Administração, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) a cada 05 (cinco) minutos de atraso, até o 30º (trigésimo) minuto, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

CLÁUSULA IX – DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 O presente contrato tem como regime de execução apresentação única.

CLÁUSULA X – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DOS CASOS OMISSOS

11.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA XII – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1 A contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XIII – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA XIV – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Josiane Ribeiro da Silva, designada como Fiscal de Contrato pela Administração Municipal, nos termos do art. 117, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Fica facultada a contratação de terceiros para prestar apoio técnico e fornecer informações necessárias ao desempenho dessa atribuição.

CLAUSULA XV – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 Cada uma das Partes declara e garante que conhece, respeita e continuará respeitando a legislação referente à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e ao Decreto Municipal nº 262/2022, que regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Municipal de Campos de Júlio - MT.

15.2 Para os fins desse contrato, as terminologias utilizadas encontram definição na LGPD, para além disso considerar-se-ão:

(I) Controlador: Município de Campos de Júlio - MT, a quem competem às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (“Controladora”);

(II) Operador: Contratada, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da Controladora (“Operador”);

15.3 O Operador deverá tratar os dados pessoais conforme instruções do Controlador e não receberá nenhuma instrução diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo Controlador e/ou pela legislação aplicável.

15.4 Com relação à proteção de dados pessoais, o Operador obriga-se:

a) A tratar os dados pessoais apenas na medida necessária para prestar serviços, nos limites do presente contrato;

b) A não utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja a necessária para prestação dos serviços, nos limites deste instrumento;

c) A garantir que os empregados, assessores e/ou representantes que tenham sido autorizados a tratar os dados pessoais sujeitem-se a uma obrigação de confidencialidade, e recebam formação adequada sobre privacidade e proteção de dados pessoais;

d) A não compartilhar ou transferir os dados pessoais que tiver acesso em razão desse contrato, durante e/ou posteriormente ao prazo do término desse, a terceiros, salvo se necessário ao cumprimento próprio, mediante consulta ao Controlador;

e) A informar ao Controlador se, em sua opinião e dadas às informações à sua disposição, uma instrução infringir as disposições de proteção de dados da legislação aplicável;

f) Exceto se de outra forma determinado pela legislação aplicável ou por decisão cautelar da autoridade competente, informar imediatamente ao Controlador em caso de recebimento de solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) ou outro órgão competente relacionado aos dados pessoais, e a limitar a comunicação de tais dados pessoais ao que a autoridade tenha expressamente requisitado;

g) Mediante solicitação por escrito do Controlador, fornecer assistência razoável na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consultas prévias à ANPD ou outro órgão competente;

h) A nomear um encarregado pelo tratamento de dados, nos termos da LGPD e da Resolução nº 2/2022-ANPD;

i) A indenizar e manter o Controlador ileso de qualquer perda ou dano decorrente de descumprimento da legislação de proteção de dados e/ou deste Aditivo; e

j) A eliminar os dados pessoais após o término do seu tratamento, observados as condições e os prazos previstos no contrato e em normas específicas que regem a gestão de documentos e arquivos, bem como as exceções previstas no artigo 16, incisos I a IV da LGPD.

15.5 Além disso, o Operador compromete-se a implementar as seguintes medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados em razão desse contrato:

a) Medidas de segurança física destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à infraestrutura onde estão armazenados os dados pessoais;

b) Sistema de autenticação que permita a verificação de identidade e de acesso, bem como uma política de senhas;

c) Sistema de gestão que limite o acesso às instalações às pessoas que delas necessitem, no exercício das suas funções e no âmbito das suas responsabilidades;

d) Pessoal de segurança responsável pelo controle da segurança física das suas instalações; e

e) Processos e medidas para rastrear ações executadas em seu sistema de informação.

15.6 O Operador compromete-se, ainda, a disponibilizar ao Controlador todos os documentos e/ou informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos requisitos legais e dos requisitos contratuais acima, bem como a permitir que o Controlador realize, por si ou por terceiros, auditorias relacionadas às práticas de proteção de dados do Operador, sempre que entender, ao seu critério, necessário. O Operador se compromete, ainda, a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente.

15.7 O Operador deverá notificar o titular de dados e o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da ciência do evento, caso tenha conhecimento de incidente que afete ou possa afetar os dados pessoais, tais como, mas não limitado a acesso não autorizado, perda, divulgação ou alteração dos dados pessoais.

15.8 A notificação deverá: **(I)** descrever a natureza do incidente; **(II)** descrever as consequências prováveis do incidente; **(III)** descrever as medidas tomadas ou propostas pelo Operador em resposta ao incidente; e **(IV)** fornecer o contato do encarregado pelo tratamento dos dados pessoais do Operador.

15.9 O Operador deverá notificar o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato principal.

15.10 Para o tratamento de dados pessoais, conforme previsto no presente instrumento, o Controlador deverá fornecer à Operadora as instruções e informações relevantes, sendo responsável por garantir que:

a) A coleta de dados pessoais está limitada ao mínimo necessário para o cumprimento da finalidade pública respectiva, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as

competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD;

b) Há compatibilidade entre a finalidade pública para qual o dado pessoal foi coletado e a finalidade do compartilhamento entre as Partes;

c) O tratamento de dados pessoais na execução das operações viabilizadas pelo presente instrumento tenha uma base legal apropriada (por exemplo, consentimento, legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal e regulatória e execução de políticas públicas etc.);

d) Serão implementados todos os procedimentos e formalidades exigidas, bem como são adotadas boas práticas de conduta;

e) Os titulares de dados são informados sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em atenção ao princípio da transparência e do livre acesso, nos termos do artigo 9º, da LGPD;

f) Os titulares de dados serão informados e terão a todo o tempo a possibilidade de exercer facilmente seus direitos, conforme previsto no artigo 18, da LGPD; e

g) Há adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas no domínio de segurança dos recursos, sistemas, aplicações e operações que não estejam sob a responsabilidade do Operador.

15.11 O Operador se compromete a fornecer ao Controlador toda informação necessária para demonstrar conformidade com o presente contrato.

15.12 O Controlador responsabilizar-se-á por informar os titulares de dados sobre os seus direitos, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados.

15.13 O Operador fornecerá cooperação e assistência, conforme seja exigido para responder aos pedidos dos titulares de dados. A cooperação e a assistência podem consistir em:

(I) comunicar o Controlador sobre qualquer solicitação recebida diretamente do titular de dados; e

(II) permitir que o Controlador projete e implemente as medidas técnicas e administrativas necessárias para responder às solicitações dos titulares de dados.

CLAUSULA XVI - DA PUBLICAÇÃO

16.1 A contratante encaminhará para publicação o extrato deste contrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso até o décimo dia útil posterior à data de sua assinatura.

CLÁUSULA XVII – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Tendo em vista a natureza do objeto contratado, é vedada toda e qualquer subcontratação dos serviços descritos neste instrumento.

CLÁUSULA XVIII – DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Comodoro - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Campos de Júlio, XX de outubro de 2026

_____

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

_____

VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA

CNPJ nº **34.457.782/0001-04**

MARCELO NUNES GUSMÃO

CONTRATADA

Revisado e aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

De: Procuradoria Geral

Deferido

Enviado por: Maria Gabriela Pereira Bonotto (maria.bonotto)

Para: Procuradoria Jurídica (Organograma), Viviene Barbosa Silva (Interno)

Data: 05 de outubro de 2026 às 17:07

Solicito parecer

De: Viviene Barbosa Silva
Para: Procuradoria Geral (Organograma)
Data: 06 de outubro de 2026 às 09:06

Bom dia;
Segue anexo o parecer solicitado.
Att;

Anexo(s)
PARECER INEXIGIBIL DE LICIT Nº 36 CONTRAT SHOW COM A DUPLA GUILHERME E BENUTO 9661 2026.pdf

PARECER JURÍDICO Nº. 101/2026.

PROCEDIMENTO SOB A HIPÓTESE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 36/2026
OBJETO: ANÁLISE DOS ASPECTOS DE LEGALIDADE DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA GUILHERME E BENUTO
REMESSA:SISTEMA *FLOWDOC's* nº. 9661/2026

I-RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo licitatório para **contratação direta,** sob a hipótese de **Inexigibilidade de Licitação**, com fundamento no **artigo 74, inciso II,** da Lei nº. 14.133, de 01 de abril de 2021, **doravante referida apenas como NLLCA**, tendo por objeto a **contratação** da dupla **Guilherme e Benuto**, para apresentação no evento de festividade alusivo ao aniversário do município, a ser realizado no dia 29 de novembro de 2026", no valor de **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, conforme descrito no **subitem 4.1** do Termo de Referência (TR)**.**

A instrução processual conta com os documentos fundamentais à análise na **fase interna do certame**, para a emissão do presente parecer técnico-jurídico, nos moldes do artigo 72 da NLLCA, destacando-se: **Solicitação da Secretaria interessada, Termo de Referência, Justificativa de Inexigibilidade, custos da contratação, demonstrando a composição do preço (cachê, representação, equipe técnica e encargos**) **e portfólio da dupla, notas fiscais que buscam comprovar a razoabilidade do preço; Parecer Contábil atestando a disponibilidade orçamentária, proposta individualizada de preço; documentos de habilitação, Contrato de representação comercial e artística,** através da empresa **Viena Produções Musicais LTDA**, inscrita no CNPJ nº 34.457.782/0001-04**, minuta de contrato e autorização para abertura do procedimento pela autoridade competente.**

.

Consta ainda a designação formal dos **agentes públicos responsáveis pela condução do processo**, realizada por meio da **Portaria nº 95, de 23 de abril de 2026,** nos termos do artigo 7º, incisos I a III, combinado com o artigo 8º, §1º, da NLLCA.

Com efeito, a realização do **controle prévio de legalidade**, fundamenta-se no **artigo 53, § 4º da NLLCA** e nas prerrogativas funcionais previstas no **artigo 4º, inciso V, da Lei Municipal nº 2.308, de 5 de agosto de 2025**, *verbis:*

> *Art. 53. Ao final da **fase preparatória**, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.*
> *(…)*
>
> *§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de **contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (g.n)*

Expondo, **em síntese**, o contexto fático, passa-se a análise do presente procedimento, com fundamento na legislação vigente e nos princípios orientadores da Administração Pública.

II- DAS QUESTÕES PRELIMINARES

Em linhas iniciais, impende salientar que o exame aqui empreendido se restringe **aos aspectos estritamente jurídico-formais do procedimento administrativo**, excluindo-se, portanto, as questões de natureza técnica, especialmente aquelas relacionadas ao detalhamento do objeto contratual, suas características, requisitos e especificações, não abrangidos pelas atribuições dessa Procuradoria.

Nessa perspectiva, é relevante esclarecer que toda a análise realizada por esse órgão jurídico tem como base as informações e documentos fornecidos pelos órgãos e setores técnicos competentes da Administração Pública, os quais, por presunção relativa de veracidade, são considerados dotados de **verossimilhança e fé pública**.

Isso porque não cabe a esta Procuradoria deflagrar apurações investigativas, tampouco avaliar o acerto, a conveniência ou a oportunidade dos atos administrativos que embasam a presente contratação, atribuições que competem exclusivamente aos gestores e setores demandantes, responsáveis diretos pelo planejamento e pela execução da despesa pública.

Desse modo, **os juízos de conveniência e oportunidade administrativa, bem como a responsabilidade pela aderência técnica do objeto às reais necessidades do município**, são de responsabilidade dos órgãos técnicos e da autoridade requisitante, a quem compete zelar pela adequação do objeto contratado, observadas as diretrizes legais e orçamentárias.

Ressalta-se, ainda, que o presente parecer se limita à **análise da legalidade dos atos constantes nos autos**, não constituindo juízo de valor sobre atos pretéritos ou eventuais ocorrências verificadas durante a execução contratual.

É oportuno destacar que os pareceres jurídicos possuem natureza opinativa e consultiva e **não vinculam obrigatoriamente a autoridade administrativa**, que poderá adotar decisão divergente, **desde que devidamente motivada**, nos termos do artigo 20 da LINDB (Decreto-Lei nº 4.657/1942), sob pena de responsabilização por erro grosseiro.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: PARECER INEXIGIBIL DE LICIT Nº 36 CONTRAT SHOW COM A DUPLA

> *Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.*

Nessa linha, colhe-se da jurisprudência do Tribunal de Contas da União– TCU:

> *Para fins de responsabilização perante o TCU, pode ser tipificada como erro grosseiro (art. 28 do Decreto-lei 4.657/1942 - Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) a decisão do gestor que desconsidera, **sem a devida motivação**, parecer da consultoria jurídica do órgão ou da entidade que dirige. Tal conduta revela desempenho aquém do esperado do administrador médio, o que configura **culpa grave, passível de multa.** (Acórdão nº 2599/2021 – Plenário/TCU)*

Portanto, embora não sejam vinculantes, **as orientações jurídicas proferidas por esta Procuradoria servem como importante elemento de resguardo da legalidade dos atos administrativos**, recomendando-se, fortemente, sua observância, salvo por decisão fundamentada da autoridade competente, nos moldes do artigo 20 da **LINDB Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro,** originalmente conhecida como Decreto-Lei nº 4.657/1942, a conferir:

> ***Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão***
> ***Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.***

III - ANÁLISE JURÍDICA

A presente análise cinge-se à verificação da legalidade do procedimento de contratação direta **de Profissional do Setor Artístico,** por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 74, II, da NLLCA, hipótese clássica de inexigibilidade de licitação, ante a inviabilidade de competição, dada a natureza singular e subjetiva do talento e da aceitação pública do artista **que impedem a comparação objetiva de propostas.**

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: PARECER INEXIGIBIL DE LICIT Nº 36 CONTRAT SHOW COM A DUPLA

Para a regularidade do ato, a jurisprudência e a doutrina exigem o cumprimento de três requisitos cumulativos, os quais passamos a analisar:

a) Artista consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública: A consagração da dupla **Guilherme e Benuto** foi demonstrada por meio do portfólio anexado aos autos, que inclui materiais de divulgação, notícias, presença em redes sociais e agenda de shows, **elementos que atestam sua popularidade e aceitação junto ao público local e regional, atendendo ao requisito legal.**

b) Contratação por meio de empresário exclusivo: A lei de regência exige que a negociação ocorra diretamente com o artista ou com seu empresário exclusivo. No presente caso, a exclusividade foi comprovada por **contrato de representação comercial e artística** firmado pelos artistas **com** a empresa **Viena Produções Musicais LTDA, inscrita no CNPJ nº 34.457.782/0001-04**, anexada aos autos, em conformidade com o **subitem 3.1** do Termo de Referência, nos termos do § 2º do artigo 74 da NLLCA.

c) Justificativa do preço: O § 3º do artigo 74 da NLLCA exige a comprovação de que o valor contratado é compatível com o praticado pelo artista, o que se verifica através das com cópias de contratos e notas fiscais de outros eventos realizados pelo artista, que instruem o feito, demonstrando que o valor de **R$ 450.000,00** é condizente com o cachê usualmente cobrado, atendendo ao requisito de economicidade.

Sob esse aspecto, toram juntadas ao processo notas fiscais de apresentações da dupla em outros municípios, cujos valores se mostram consonantes com o montante proposto, para apresentação de, no mínimo, **1 hora e 30 minutos,** conforme **item 3.1 do TERMO DE REFERÊNCIA,** o que

demonstra a razoabilidade da contratação e atende ao disposto no artigo 72, VII, da NLLCA.

A despeito da regularidade formal do procedimento constata-se do rol de documentos elencados, já salientado preambularmente.

Verifica-se, portanto, que os requisitos legais para a contratação direta por inexigibilidade de licitação foram devidamente preenchidos no presente processo.

IV - RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que após a ratificação da inexigibilidade pela autoridade superior, o ato seja publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos termos do artigo 94 da NLLCA, para garantir a devida transparência.

Sugere-se também que o pagamento seja precedido do relatório do fiscal do contrato, responsável formalmente (art. 117 da Lei nº 14.133/2021) pelo acompanhamento da execução do serviço e ateste de sua regularidade.

V - CONCLUSÃO

Diante do exposto e com base nos documentos apresentados, **OPINO** pela legalidade do procedimento de **Inexigibilidade de Licitação nº 36/2026** e pelo regular prosseguimento dos atos administrativos necessários à contratação do show artístico da dupla **Guilherme e Benuto**, nos termos do artigo 74, II, da NLLCA.

Reitero sejam observadas as **recomendações** constantes no **item IV** desse opinativo.

Não é demais lembrar que os critérios e a análise do mérito (oportunidade e conveniência do pedido) constituem análise técnica do órgão demandante, bem como a verificação das dotações orçamentárias e especificidades do objeto do procedimento licitatório, pelo que o presente parecer se cinge, exclusivamente, aos contornos jurídicos formais do caso em comento.

Registre-se, por fim, que não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento às recomendações feitas.

Nesse sentido segue o Enunciado n° 5 do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU:

> ***"Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas".***

Circunscrito ao exposto, são os termos do parecer, que se submete à elevada consideração superior, nos moldes do artigo 156 da Lei Orgânica do Município.

Campos de Júlio - MT, 6 de outubro de 2026.

VIVIENE BARBOSA SILVA:51894777115

VIVIENE BARBOSA SILVA:51894777115
2026.10.06 09:04:03 -04'00'

De: Procuradoria Geral
Enviado por: Maria Gabriela Pereira Bonotto (maria.bonotto)
Para: Gerência de Contratações Públicas (Organograma)
Data: 06 de outubro de 2026 às 10:19

Segue

De: Rodrigo Ferreira dos Santos
Para: Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno)
Data: 06 de outubro de 2026 às 10:33

Segue para assinaturas:

- Termo de Adjudicação
- Termo de Homologação

Anexo(s)
Termo de adjudicação.pdf
Termo de homologação.pdf

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO

CNPJ:01.614.516/0001-99
AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W
C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT

INEXIGIBILIDADE
0036/2026

Processo Licitatório: 000113/26
Data do Processo: 01/10/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nº: 000113/26
b) Licitação Nº: 036/2026
c) Modalidade: INEXIGIBILIDADE
d) Data Homologação: 06/10/2026
e) Objeto da Licitação: Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	Descrição do Item Proponente / Fornecedor	Unidade Classificação	QTD	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Serviço de Apresentação Artística Musical de Nível Nacional VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA	UN Vencedor	1	450.000,00	450.000,00
	Total Geral				450.000,00

Item	11313 Código	VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA CNPJ: 34.457.782/0001-04 AVENIDA E, 1470 QUADRAB29-A - JD GOIAS, GOIANIA - GO, CEP: 74810-030 Telefone: 64 99619961 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	002.001.397	Serviço de Apresentação Artística Musical de Nível Nacional	UN	1	450.000,00	450.000,00
		Total do Proponente				450.000,00

TOTAL GERAL: 450.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Ficha	Exer. Fic.	Unid. Exec.	Funcional	Categoria	Fonte Recurso	Valor	Saldo	Saldo Com Reserva
1090	2026	020901	13.392.0008.2088.0000	3.3.90.39.23.00	1.2.500	450.000,00	1.362.065,00	899.810,00

Campos de Júlio, Em 06/10/2026.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/72774FF488DC4708B89AE04C6FB08C1E

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
72774FF488DC4708B89AE04C6FB08C1E

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 06/10/2026 10:51:10
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/72774FF488DC4708B89AE04C6FB08C1E

ESTADO DO MATO GROSSO PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO CNPJ:01.614.516/0001-99 AVENIDA VALDIR MASUTTI 779-W C.E.P.:78319-000- Campos de Júlio - MT	**INEXIGIBILIDADE** 0036/2026 Processo Licitatório: 000113/26 Data do Processo: 01/10/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, Irineu Marcos Parmeggiani, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nº. 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos :

Processo Nº.: 000113/26

Licitação Nº.: 0036/2026

Modalidade: INEXIGIBILIDADE

Data Homologação: 06/10/2026

Objeto da Licitação: Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

Fornecedores e Itens declarados Vencedores:

Item	11313 Código	VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA CNPJ: 34.457.782/0001-04 AVENIDA E, 1470 QUADRAB29-A - JD GOIAS, GOIANIA - GO, CEP: 74810-030 Telefone: 64 99619961 Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	002.001.397	Serviço de Apresentação Artística Musical de Nível Nacional	UN	1	450.000,00	450.000,00
		Total do Proponente				450.000,00

TOTAL GERAL: 450.000,00

VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA. Perfazendo o valor total de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais). Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Campos de Júlio, Em 06/10/2026

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Processo 9661/2026. Assinado por 1 pessoa: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DD847D0DC240413F847492C012A99FDD

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
DD847D0DC240413F847492C012A99FDD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 06/10/2026 10:51:24
CPF:***.***-.780-34
Certificadora: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/DD847D0DC240413F847492C012A99FDD

De: Rodrigo Ferreira dos Santos

Deferido

Para: Wilma (Interno)

Data: 07 de outubro de 2026 às 07:23

Segue em anexo publicação do ato de ratificação.

Encaminho processo para envio de carga Aplic. I.L. 036/2026 processo licitatório 113/2026.

Anexo(s)

Publicação ato de ratificação.pdf

me geral do candidato e nos Raios-X de coluna total);

q. Atestado de saúde mental emitido por médico (psiquiatra) com indicação no Conselho Federal de Medicina;

r. Teste Palográfico (Avaliação Psicológica) com laudo e métodos utilizados na avaliação;

s. Eletroencefalograma (E.E.G) com mapa e avaliação de médico neurologista para homens e mulheres com idade igual ou acima de 40 anos;

t. Colpocitologia Oncotica - Papanicolau para mulheres com idade igual ou acima de 40 anos;

u. Antígeno Prostático Especifico - P.S.A para homens com idade igual ou acima de 40 anos;

v. Laringoscopia de cordas vocais com avaliação do médico otorrinolaringologista para cargo de Professor;

w. Declaração do candidato ou laudo que possui algum tipo de alergia de qualquer forma (GIZ, PRODUTOS DE LIMPEZA ETC.) para os cargos de Professor.

Art. 3º. No ato da posse, todos os requisitos especificados no subitem 17.1 e aqueles que vierem a ser estabelecidos em função da alínea "l" do mesmo subitem, deverão ser comprovados mediante a apresentação de documento original juntamente com fotocópia.

Art. 4º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 5º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 6º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 18.1 do edital nº 01/2024.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PORTARIA Nº. 232, DE 06 DE OUTUBRO DE 2026.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal e no artigo 8º, inciso IV da Lei Complementar nº173, de 27 de maio de 2020;*

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 1º do artigo 13 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 12, de 02 de abril de 2025,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 18, de 06 de outubro de 2026 e do edital do certame nº 2/2024;*

CONSIDERANDO o *Comunicado Interno nº 184/2026/SMSCJ/GS, datado de 06 de outubro de 2026, subscrito pela Ilustríssima Secretária Municipal de Saúde*;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o décimo primeiro colocado na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 2/2024**, FABRICIO GONDINHO BOTH** para o cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do artigo 13 e ss. do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº. 12, de 02 de abril de 2025.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação da candidata ora convocada.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio/MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 036/2026

EXTRATO DO ATO DE RATIFICAÇÃO

O Município de Campos de Júlio – MT, por meio do agente de contratação que ao final subscreve, torna público, a quem possa interessar, que a contratação direta abaixo descrita foi autorizada e ratificada pelo Prefeito Municipal, nos termos do art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme despacho exarado no processo respectivo.

Objeto: Inexigibilidade de Licitação para Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

Contratado: **VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA, CNPJ nº 34.457.782/0001-04**

Valor global: **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**.

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021, 74, inciso II.

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Publicação ato de ratificação.pdf (1/2) 106/122

Vinculação: Processo Licitatório nº 113/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 036/2026

Campos de Júlio - MT, 06 de outubro de 2026

Eric Rodrigo Pettenan

Agente de Contratação

Portaria nº 95/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SMADRH - RECURSOS HUMANOS
RETIFICA O DECRETO Nº 034, DE 30 DE ABRIL DE 2026.

DECRETO Nº. 034, DE 30 DE ABRIL DE 2026.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES E PERICULOSAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 2º do Decreto Municipal nº. 015/2022, conforme Laudo Técnico emitido pela empresa Sestvida Saúde e Segurança do Trabalho Ltda, inscrita no CNPJ nº. 15.372.715/0001-42, diante da data de atualização em 24 de Abril de 2026 nas dependências do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o ANEXO ÚNICO do Decreto Municipal nº. 015, de 27 de Janeiro de 2022, passando a vigorar com a seguinte disposição:

ANEXO ÚNICO - Resumo Técnico dos Laudos de Insalubridade e Periculosidade

01 - SMOVSP - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS:

GHE	SETOR	FUNÇÃO	AGENTES		
			Riscos Nocivos	Condições	
				NR 15 Insalubridade	NR 16 Periculosidade
01.2	ALMOXARIFADO	DIRETOR DE COMPRAS	Inflamável	I	30%
		ALMOXARIFE	Inflamável	I	30%
		COORD. CONTROLE DE ESTOQUE	Inflamável	I	30%
		COORDENADOR DE MECANICA	Inflamável	I	30%
01.3	BORRACHARIA	BORRACHEIRO	Vibração/Inflamável	20%	30%
		OPERÁRIO	Vibração/Inflamável	20%	30%
01.4	LUBRIFICAÇÃO Rampa de lubrificação) MELOSA	LUBRIFICADOR	Químico/Inflamável	40%	30%
		MOTORISTA	Químico/Inflamável	40%	30%
		AUX. MÁQUINAS E VEÍCULOS	Químico/Inflamável	40%	30%
01.5	ABASTECIMENTO	GARI	Químico/Inflamável	40%	30%
		GER. SER. URBANOS E RURAIS	Inflamável	i	30%
		AUXILIAR ADMINISTRATIVO	Inflamável	i	30%
		MOTORISTA (readaptado)	Químico/Inflamável	40%	30%
		DIRETOR SERVIÇOS RURAIS	Inflamável	I	30%
01.6	OFICINA MECÂNICA	MECÂNICO	Químico	40%	I
		OPERÁRIO	Inflamável	40%	I
01.7	COZINHA	COZINHEIRO	Calor	20%	I
01.8	PÁTIO	VIGIA	Vigilância Patrimonial	I	30%
		OPERÁRIO	Vigilância Patrimonial	I	30%
01.9	PAVIMENTAÇÃO	MOTORISTA BURRO PRETO	vibração	20%	I
		DIR. MANUTENÇÃO ASFÁLTICA	vibração	20%	I
		GER. PAVIMENTAÇÃO ASAFÁLTICA	Calor Natural	I	I
01.10	ELÉTRICA	DIR. MANUT. ELÉTR. ILUMIN. PÚBLICA	Eletricidade	I	30%
		DIR. MANT. ELÉTRICA PREDIAL	Eletricidade	I	30%
		MOTORISTA da ELETRICA	Eletricidade	I	30%
		ELETRICISTA	Eletricidade	I	30%
01.11	COLETA LIMPEZA URBANA	GARI	Biológico	40%	I
		MOTORISTA COLETA	Biológico	40%	I
01.12	TRANSPORTE	MOTORISTAS - Caçamba, prancha, pipa.	Vibração	20%	I
01.13	OBRAS EM GERAL OPERACIONAL	OPERADOR DE MÁQUINAS	Vibração	20%	I
		COORD. MANU. DAS ESTRADAS VICINAIS	Biológico/ Calor natural	40%	I
02	MANUTENÇÃO NA SAUDE	DIRETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL	Biológico	20%	I
03	GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS ATERRO SANITÁRIO	COORDENADOR DO ATERRO SANITÁRIO	Ruido/Inflamável	40%	30%
		LUBRIFICADOR	Ruido/Inflamável	40%	30%
		DIRETOR DE TRIAGEM DE RESIDUOS	Biológico	40%	I
		OPERADOR DE MÁQUINAS	Biológico	40%	I
		MOTORISTA	Biológico	40%	I
03.02	TRIAGEM E TRANSBORDO	COORD. AREA DE TRANSBORDO	Biológico	40%	I
		OPERADOR DE MÁQUINAS	Biológico	40%	I
04	CEMITÉRIO	COORD. CEMITÉRIO MUNICIPAL	Biológico	20%	I
		DIRETOR DO CEMITERIO MUNICIPAL	Biológico	20%	I
05	USINA ASFALTICA	GERENTE DE PAVIMENTAÇÃO	Inflamável	30%	I

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Publicação ato de ratificação.pdf (2/2) 107/122

De: Rodrigo Ferreira dos Santos
Para: Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno)
Data: 07 de outubro de 2026 às 13:29

De: Rodrigo Ferreira dos Santos
Para: Rodrigo Ferreira dos Santos (Interno)
Data: 07 de outubro de 2026 às 13:30

Contrato nº 183/2026 para assinaturas

Anexo(s)
CONTRATO Nº 183.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA.pdf

CONTRATO Nº 183/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.516/0001-99, com sede administrativa à Av. Valdir Masutti, nº 779W, Loteamento Bom Jardim, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. **Irineu Marcos Parmeggiani**;

CONTRATADO: VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **34.457.782/0001-04**, com sede à Avenida E, Nº 1470, Quadra B29-A, Goiânia-GO, CEP: 74.810-030, neste ato representado por **MARCELO NUNES GUSMÃO,** brasileiro, divorciado, empresário, portador do RG 30XXX159, inscrito no CPF 277.XXX.XX8-00.

Firmam o presente contrato, atendendo as condições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 Pelo presente termo, contrate-se a dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026

CLÁUSULA II – DAS ESPECIFICAÇÕES E FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1 A apresentação artística (show musical) deverá ser realizada no dia **29/11/2026**.

2.2 O evento será realizado na praça Dorildo Neves de Moura, a apresentação terá duração de no Mínimo **01 hora e 30 minutos**, com início conforme programação do evento. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá executar todo o combinado na proposta de preço que integra esse processo, podendo a critério de ambas as partes (contratado e contratante) alterar horário de início do show e duração do mesmo conforme o andamento dos serviços, e / ou ofertar outros serviços dentro do valor pactuado diretamente com a produção do evento do Município. Deverá a contratada executar todos os compromissos assumidos fielmente, a fim de garantir a eficiência e qualidade do serviço.

2.3 Caberá aos artistas a escolha do repertório a ser apresentado.

CLÁUSULA III – DO AMPARO LEGAL E DA VINCULAÇÃO

3.1 A lavratura do presente contrato decorre do Processo Licitatório nº 113/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 036/2026, realizado com base no artigo 74, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2 Fazem parte deste instrumento, como se nele estivessem transcritas, as condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada pela contratada.

CLÁUSULA IV – DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 Pela entrega do objeto deste contrato, a contratante pagará à contratada a importância de **R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).**

4.2 O pagamento será realizado em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, a ser efetuada após a assinatura do contrato e sua respectiva publicação nos meios oficiais. A segunda parcela, correspondente aos 50% (cinquenta por cento)

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO Nº 183.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA.pdf (1

restantes, será paga após a realização do evento. O pagamento será mediante a apresentação da Nota Fiscal, será creditado em conta corrente, por meio de ordem bancária a favor de qualquer instituição bancária indicada na Nota Fiscal, devendo, para isso, ficar explícito o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

4.3 O pagamento deverá ser realizado em até 10 (dez) dias úteis após a apresentação da nota fiscal.

4.4 A nota fiscal deverá ser apresentada em até 05 (cinco) dias após a realização do evento.

4.5 Caso o fornecedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos, de acordo com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.6 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida ao fornecedor, e o pagamento ficará pendente até que ela providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT.

4.7 Previamente à data do pagamento, o Departamento de Tesouraria verificará as certidões de regularidade fiscal e trabalhista, para verificar a manutenção das condições de habilitação do fornecedor.

4.8 Os tributos e as contribuições fiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à entrega dos serviços são de responsabilidade do fornecedor, podendo a Contratante exigir, a qualquer tempo, a comprovação de sua regularidade.

4.9 Havendo atraso no pagamento de suas obrigações a Prefeitura do Município de Campos de Júlio/MT procederá à atualização financeira diária de seus débitos, por meio da média de índices de preços de abrangência nacional, na forma da regulamentação baixada pelo Poder Executivo (Decreto n.º 1.544, de 30.06.95) “pró rata”, tendo como base o dia limite para pagamento e como data final o dia anterior ao da emissão da ordem bancária, ou pelo índice que venha a substituí-lo.

4.10 Para fins de cálculos de utilização de correção, por atraso, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

R= V x I

Onde: R = valor da correção procurada;

V = valor inicial do contrato;

I = média aritmética simples do INPC (IBGE) dos últimos 12 (doze) meses.

4.11 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, esta será restituída à empresa.

4.12 Qualquer irregularidade que impeça a liquidação da despesa será comunicada ao fornecedor, ficando o pagamento suspenso até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para o pagamento iniciar-se-á após regularização da situação e/ou a reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o Município de Campos de Júlio - MT.

4.13 As notas fiscais deverão ser emitidas nos termos da legislação vigente, em especial ao disposto no decreto 179 de 15 de agosto de 2023.

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD
FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO Nº 183.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAIS.pdf (2

4.14 A retenção do Imposto de Renda (IR) deverá ser destacada no corpo do documento fiscal observado os percentuais estabelecidos no Anexo I da IN RFB 1234/2012 e do decreto Municipal 179/2023.

4.15 Os serviços e produtos elencados no Art.4º da IN RFB 1234/2012, não estão sujeitos à retenção, devendo ser informado a condição e o embasamento legal que sujeitou a não retenção, sob pena de retenção na forma do §1º do Art. 2º, conforme Decreto Municipal 179/2023.

4.16 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Campos de Júlio - MT, para o exercício de 2026, e serão indicadas quando as adjudicações forem realizadas:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Cultura

Centro de Custo: 534 – Realização de Eventos Culturais

Despesa: 1090/2026 Compl. do Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00.00

CLÁUSULA V – DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência da contratação será de **03 (três) meses** contado a partir da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21.

CLAUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço.

6.2 Informar ao fornecedor sobre as normas e procedimentos de acesso às suas instalações para a prestação dos serviços e as eventuais alterações efetuadas em tais preceitos;

6.3 Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo fornecedor, relacionados com o objeto pactuado;

6.4 Comunicar por escrito, ao fornecedor, quaisquer irregularidades verificadas no fornecimento dos serviços;

6.5 Estando os serviços de acordo com o solicitado e a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, a Contratante efetuará o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados neste contrato;

6.6 A Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT deverá acompanhar os prazos de entrega, exigindo que o fornecedor tome as providências necessárias para regularização do fornecimento, sob pena das sanções administrativas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais cominações legais;

6.7 Comunicar, por escrito, ao fornecedor o não-recebimento dos serviços, apontando as razões, quando for o caso, das suas não-adequações aos termos contratuais;

6.8 Proporcionar as condições para que o fornecedor possa cumprir as obrigações pactuadas, segurança, estrutura de palco, som e iluminação conforme Rider técnico, ECAD, geradores, abastecimento de camarim, 03 (três) vans para translado local, 08 (oito) carregadores para carga e descarga do material, hospedagem conforme lista de quartos (Room list) fornecida pela produção.

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

6.9 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a CONTRATANTE reembolsará à CONTRATADA todos os gastos logísticos prévios e comprovadamente já realizados e não reembolsáveis pelas companhias prestadoras (ex: passagens aéreas já emitidas, taxas de visto, etc.).

CLAUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRADA

7.1 A CONTRATADA se obriga a garantir a presença da dupla Guilherme e Benuto no local, data e hora previamente estabelecidos, para a realização do espetáculo, salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do art. 393 do Código Civil, tais como enchentes, deslizamentos, acidentes de percurso, catástrofes naturais, doença ou qualquer outro fato imprevisível e inevitável que impeça o comparecimento. A ocorrência comprovada desses fatos isenta a CONTRATADA de responsabilidade, permitindo a revisão, suspensão ou rescisão do contrato.

7.2 Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior a CONTRATADA devolverá a CONTRATANTE, no prazo de até **10 (dez)** dias úteis a contar da declaração de rescisão, todos os valores eventualmente já pagos a título de sinal ou adiantamento de cachê, deduzidos os custos não reembolsáveis previstos no item **"6.9"**.

7.3 Fornece os serviços objeto desta contratação, correndo por sua inteira conta e risco, todas as despesas relacionadas a entrega dos serviços, assumindo os demais encargos sociais decorrentes de contrato de trabalho de seus empregados, indenizações trabalhistas, inclusive as apuradas pela Justiça do Trabalho, bem como do que vier a firmar com terceiros, nos termos da legislação trabalhista, civil, previdenciária ou penal em vigor, bem como indenizações por danos.

7.4 Obriga-se a cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, principalmente relativos à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação. Os serviços devem ser executados conforme demanda solicitada pelo CONTRATANTE dentro do prazo de execução.

7.5 A contratada deverá prestar assessoria dos serviços prestados, tais como, atendimento aos fiscais do contrato em caso de dúvidas relacionadas ao show e quaisquer solicitações da CONTRATANTE.

7.6 Cumprir a carga horária total do contrato, conforme a programação da proposta.

7.7 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.8 Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

7.9 Ressarcir os eventuais prejuízos causados à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

7.10 Arcar com os custos diretos e indiretos, inclusive despesas com tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais despesas envolvidas no serviço, não sendo admitida qualquer cobrança posterior da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT;

7.11 Comunicar à Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do show, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD
FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO Nº 183.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAIS 1.pdf (4

7.12 Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste contrato, sem prévia autorização da Prefeitura do Município de Campos de Júlio – MT;

7.13 Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação.

7.14 Emitir nota fiscal discriminada, legível e sem rasuras, conforme orientação da contratante.

7.15 Emitir e entregar, juntamente com a nota fiscal, certidão negativa/positiva com efeito de negativa de débitos perante a receita federal, receita estadual (domicílio da contratada), receita municipal (domicílio da contratada), justiça do trabalho e Certificado de Regularidade perante o FGTS.

7.16 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratado, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriga a atender.

7.17 Qualquer dano causado ao patrimônio da Prefeitura do Município de Campos de Júlio - MT na execução do serviço serão ressarcidos pelo fornecedor, salvo justificativa comprovada, que deverá responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos diretos e indiretos, inclusive despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do contrato e da Nota de Empenho.

CLAUSULA VIII – DAS SANÇÕES

8.1. Na hipótese de o fornecedor inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeito às sanções previstas nos artigos 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da notificação.

8.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

8.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

8.5. A sanção prevista no artigo 156, inciso II (multa), não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no **item 8.1 deste contrato**, nos seguintes termos:

a) se der causa à inexecução parcial do contrato, a multa será de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato;

b) se der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, a multa será de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato;

c) se der causa à inexecução total do contrato, a multa será de 30% (dez por cento) sobre o valor total do contrato;

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

d) se ensejar o retardamento do início da apresentação sem motivo justificado e aceito pela Administração, a multa será de 5% (cinco por cento), acrescida de 0,5% (meio por cento) a cada 05 (cinco) minutos de atraso, até o 30º (trigésimo) minuto, quando o contrato será considerado totalmente descumprido.

CLÁUSULA IX – DO REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 O presente contrato tem como regime de execução apresentação única.

CLÁUSULA X – DOS CASOS DE RESCISÃO

10.1 A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.2 Serão observadas, ainda, as previsões dos arts. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DOS CASOS OMISSOS

11.1 Fica estabelecido que, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste contrato, os chamados casos omissos, estes serão resolvidos entre as partes, respeitado o objeto do contrato, a legislação e demais normas reguladoras da matéria, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021, aplicando-se supletivamente, quando for o caso, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos estabelecidos na Legislação Civil Brasileira e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA XII – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

12.1 A contratada deverá manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

CLÁUSULA XIII – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

13.1 O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLAUSULA XIV – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1 A execução do objeto da presente contratação será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Josiane Ribeiro da Silva, designada como Fiscal de Contrato pela Administração Municipal, nos termos do art. 117, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Fica facultada a contratação de terceiros para prestar apoio técnico e fornecer informações necessárias ao desempenho dessa atribuição.

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

CLAUSULA XV – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1 Cada uma das Partes declara e garante que conhece, respeita e continuará respeitando a legislação referente à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e ao Decreto Municipal nº 262/2022, que regulamenta a aplicação da LGPD no âmbito da Administração Municipal de Campos de Júlio - MT.

15.2 Para os fins desse contrato, as terminologias utilizadas encontram definição na LGPD, para além disso considerar-se-ão:

(I) Controlador: Município de Campos de Júlio - MT, a quem competem às decisões referentes ao tratamento de dados pessoais (“Controladora”);

(II) Operador: Contratada, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome da Controladora (“Operador”);

15.3 O Operador deverá tratar os dados pessoais conforme instruções do Controlador e não receberá nenhuma instrução diretamente do titular de dados, exceto nos casos em que autorizado pelo Controlador e/ou pela legislação aplicável.

15.4 Com relação à proteção de dados pessoais, o Operador obriga-se:

a) A tratar os dados pessoais apenas na medida necessária para prestar serviços, nos limites do presente contrato;

b) A não utilizar os dados pessoais para qualquer outra finalidade que não seja a necessária para prestação dos serviços, nos limites deste instrumento;

c) A garantir que os empregados, assessores e/ou representantes que tenham sido autorizados a tratar os dados pessoais sujeitem-se a uma obrigação de confidencialidade, e recebam formação adequada sobre privacidade e proteção de dados pessoais;

d) A não compartilhar ou transferir os dados pessoais que tiver acesso em razão desse contrato, durante e/ou posteriormente ao prazo do término desse, a terceiros, salvo se necessário ao cumprimento próprio, mediante consulta ao Controlador;

e) A informar ao Controlador se, em sua opinião e dadas às informações à sua disposição, uma instrução infringir as disposições de proteção de dados da legislação aplicável;

f) Exceto se de outra forma determinado pela legislação aplicável ou por decisão cautelar da autoridade competente, informar imediatamente ao Controlador em caso de recebimento de solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) ou outro órgão competente relacionado aos dados pessoais, e a limitar a comunicação de tais dados pessoais ao que a autoridade tenha expressamente requisitado;

g) Mediante solicitação por escrito do Controlador, fornecer assistência razoável na realização de avaliações de impacto sobre a proteção de dados e consultas prévias à ANPD ou outro órgão competente;

h) A nomear um encarregado pelo tratamento de dados, nos termos da LGPD e da Resolução nº 2/2022-ANPD;

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

i) A indenizar e manter o Controlador ileso de qualquer perda ou dano decorrente de descumprimento da legislação de proteção de dados e/ou deste Aditivo; e

j) A eliminar os dados pessoais após o término do seu tratamento, observados as condições e os prazos previstos no contrato e em normas específicas que regem a gestão de documentos e arquivos, bem como as exceções previstas no artigo 16, incisos I a IV da LGPD.

15.5 Além disso, o Operador compromete-se a implementar as seguintes medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais tratados em razão desse contrato:

a) Medidas de segurança física destinadas a impedir o acesso de pessoas não autorizadas à infraestrutura onde estão armazenados os dados pessoais;

b) Sistema de autenticação que permita a verificação de identidade e de acesso, bem como uma política de senhas;

c) Sistema de gestão que limite o acesso às instalações às pessoas que delas necessitem, no exercício das suas funções e no âmbito das suas responsabilidades;

d) Pessoal de segurança responsável pelo controle da segurança física das suas instalações; e

e) Processos e medidas para rastrear ações executadas em seu sistema de informação.

15.6 O Operador compromete-se, ainda, a disponibilizar ao Controlador todos os documentos e/ou informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos requisitos legais e dos requisitos contratuais acima, bem como a permitir que o Controlador realize, por si ou por terceiros, auditorias relacionadas às práticas de proteção de dados do Operador, sempre que entender, ao seu critério, necessário. O Operador se compromete, ainda, a tomar todas as medidas para garantir que quaisquer vulnerabilidades de sistema, processos, governança e outros apontados no relatório de auditoria sejam tratados adequadamente.

15.7 O Operador deverá notificar o titular de dados e o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da ciência do evento, caso tenha conhecimento de incidente que afete ou possa afetar os dados pessoais, tais como, mas não limitado a acesso não autorizado, perda, divulgação ou alteração dos dados pessoais.

15.8 A notificação deverá: **(I)** descrever a natureza do incidente; **(II)** descrever as consequências prováveis do incidente; **(III)** descrever as medidas tomadas ou propostas pelo Operador em resposta ao incidente; e **(IV)** fornecer o contato do encarregado pelo tratamento dos dados pessoais do Operador.

15.9 O Operador deverá notificar o Controlador em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo a ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto do contrato principal.

15.10 Para o tratamento de dados pessoais, conforme previsto no presente instrumento, o Controlador deverá fornecer à Operadora as instruções e informações relevantes, sendo responsável por garantir que:

a) A coleta de dados pessoais está limitada ao mínimo necessário para o cumprimento da finalidade pública respectiva, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público, nos termos do artigo 23 da LGPD;

b) Há compatibilidade entre a finalidade pública para qual o dado pessoal foi coletado e a finalidade do compartilhamento entre as Partes;

c) O tratamento de dados pessoais na execução das operações viabilizadas pelo presente instrumento tenha uma base legal apropriada (por exemplo, consentimento, legítimo interesse, cumprimento de obrigação legal e regulatória e execução de políticas públicas etc.);

d) Serão implementados todos os procedimentos e formalidades exigidas, bem como são adotadas boas práticas de conduta;

e) Os titulares de dados são informados sobre o tratamento dos respetivos dados pessoais de forma concisa, transparente, inteligível e de fácil acesso, utilizando uma linguagem clara e simples, em atenção ao princípio da transparência e do livre acesso, nos termos do artigo 9º, da LGPD;

f) Os titulares de dados serão informados e terão a todo o tempo a possibilidade de exercer facilmente seus direitos, conforme previsto no artigo 18, da LGPD; e

g) Há adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas no domínio de segurança dos recursos, sistemas, aplicações e operações que não estejam sob a responsabilidade do Operador.

15.11 O Operador se compromete a fornecer ao Controlador toda informação necessária para demonstrar conformidade com o presente contrato.

15.12 O Controlador responsabilizar-se-á por informar os titulares de dados sobre os seus direitos, e por respeitar esses direitos, incluindo os direitos de acesso, exclusão, limitação, portabilidade ou eliminação de dados.

15.13 O Operador fornecerá cooperação e assistência, conforme seja exigido para responder aos pedidos dos titulares de dados. A cooperação e a assistência podem consistir em:

(I) comunicar o Controlador sobre qualquer solicitação recebida diretamente do titular de dados; e

(II) permitir que o Controlador projete e implemente as medidas técnicas e administrativas necessárias para responder às solicitações dos titulares de dados.

CLAUSULA XVI - DA PUBLICAÇÃO

16.1 A contratante encaminhará para publicação o extrato deste contrato no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso até o décimo dia útil posterior à data de sua assinatura.

CLÁUSULA XVII – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1 Tendo em vista a natureza do objeto contratado, é vedada toda e qualquer subcontratação dos serviços descritos neste instrumento.

CLÁUSULA XVIII – DO FORO

18.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Comodoro - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

18.2 E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento que, lido e achado conforme pelas partes, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito.

Campos de Júlio, 06 de outubro de 2026

_____

MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO - MT

Irineu Marcos Parmeggiani - Prefeito

CONTRATANTE

MARCELO NUNES GUSMAO:27756956800

Assinado digitalmente por MARCELO NUNES GUSMAO:27756956800
ND: C=BR, CN=MARCELO NUNES GUSMAO:27756956800, OU=CPF Brasil, OU=Certificado PF A3
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.10.07 13:05:32-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2026.1.2

_____

VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA

CNPJ nº **34.457.782/0001-04**

MARCELO NUNES GUSMÃO

CONTRATADA

Revisado e aprovado pela Procuradoria Jurídica em _____

CAMPOS DE JÚLIO

Processo 9661/2026. Assinado por 12 pessoas: MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO, MARCELO NUNES GUSMAO e mais 9
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: CONTRATO Nº 183.2026 - VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA.pdf (1

PREFEITURA DE CAMPOS DE JULIO
CNPJ: 01.614.516/0001-99 - FONE: (65)33872800
AVENIDA: VALDIR MASUTTI , 779W - CEP:78.319-000

CÓDIGO DE ACESSO
C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- Assinante: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI em 07/10/2026 14:11:35
  CPF:***.***-.780-34
  Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5
- Assinante: VIVIENE BARBOSA SILVA em 07/10/2026 16:20:38
  CPF:***.***-.771-15
  Certificadora: ICP-BRASIL - AC SOLUTI MULTIPLA V5

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo
https://camposdejulio.flowdocs.com.br:2053/public/assinaturas/C29C260D90F547B1887A627DD1E660FD

De: Rodrigo Ferreira dos Santos

Deferido

Para: Gerência de Contratos e Convênios (Organograma), Ass. Central de Aquisições (Organograma)

Data: 08 de outubro de 2026 às 07:32

Segue publicação de extrato do contrato nº 183/2026. Encaminho o processo para o devido cadastro do contrato no sistema SCPI e posteriores providências quanto ao pedido de compra.

Anexo(s)

Publicação extrato do contrato nº183.2026 - Viena Produções Musicais LTDA.pdf

Função: 10

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 0002

Proj/Atividade: 20047

Categoria Econômica: 3

Grupo: 1

Mod.: 90

Elem.: 04

Desdob.: 00

Grupo: 2

Código:500

Detalhe MT:1002000

Recurso Orçamentário

06.001.10.301.0002.20047.3.1.90.04.00.2.500.1002000

DA VIGÊNCIA: **08 de outubro de 2026 a 08 de outubro de 2027**,

ASSINAM: MUNICIPIO DE CAMPOS DE JULIO-MT - Irineu Marcos Parmeggiani – Prefeito / CONTRATANTE e **ELIZIANE ALVES** / CONTRATADA.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 183/2026

ESPÉCIE: Serviços

OBJETO: Inexigibilidade de Licitação para Contratação da dupla Guilherme e Benuto, show sertanejo no dia 29 de novembro 2026.

VALOR GLOBAL: R$ 450.000,00

DOTAÇÃO:

Órgão: 09 - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo

Unidade: 1 - Departamento de Cultura

Centro de Custo: 534 – Realização de Eventos Culturais

Despesa: 1090/2026 Compl. do Elemento: 3.3.90.39.23.00.00.00.00

VIGÊNCIA**:** 03 (três) meses

VINCULAÇÃO: Processo Licitatório nº 113/2026, Inexigibilidade de Licitação nº 036/2026

PARTES: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT / CONTRATANTE, e VIENA PRODUCOES MUSICAIS LTDA, CNPJ nº 34.457.782/0001-04 CONTRATADA.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 184/2026.

ESPÉCIE: Execução de obra.

OBJETO: Construção de banheiros nas praças municipais.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global.

VALOR GLOBAL: R$ 212.999,38.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha: 1122/2026; Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Obras Públicas e Serviços Urbanos; Unidade: 02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos; Função: 15 – Urbanismo; Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental; Proj/Ativ: 2027 – Preservação, Valorização e Requalificação dos Espaços Públicos; Elemento: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 dias, contados a partir do 10º (décimo) dia posterior à entrega da Ordem de Serviços.

VIGÊNCIA: 06 meses, contados da assinatura.

VINCULAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº 14/2026; Processo Licitatório nº 95/2026.

PARTES: MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – MT / CONTRATANTE, e SEDIMENTAR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 51.080.589/0001-16 / CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SMADRH - COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 287/2026

**Ata de registro de preços com fornecedor remanescente devido ao cancelamento da ata nº 106/2026*

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: MORAES DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA / CNPJ Nº 55.085.960/0001-93

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, POLPA DE FRUTAS E GARRAFÃO DE ÁGUA MINERAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026.

VIGÊNCIA: 24/06/2027

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	QUANTIDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
199	Doce de goiaba - simples, em massa, obtido do processamento das partes, comestíveis desintegradas da fruta, com açúcar, com ou sem adição de água, pectina, ajustador de ph, aditivos e outros ingredientes, isento de sujidades e materiais estranhos, acondicionado em papel transparente apropriado, embalagem de 400 gramas.	VAL	30 Und	R$ 13,20	R$ 396,00
237	Amido de milho - produto amiláceo extraído do milho, (pó fino homogêneo), com aspecto cor, cheiro e sabor próprios, com umidade máxima de 14% por peso, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco de plástico impermeável, fechado com 1kg.	AMAFIL	372 Und	R$ 11,10	R$ 4.129,20

**Saldo remanescente da ata de registro de preços nº 106/2026.*

A íntegra da ata encontra-se disponível no Portal Transparência do município, no endereço eletrônico: https://www.gp.srv.br/transparencia_campoverde/servlet/ata_registro_preco?1

FlowDocs: 9661 / 2026 - Compras - Serviços - Novo Processo Licitatório - Serviços | Anexo: Publicação extrato do contrato nº183.2026 - Viena Produções Musicais LT